



ELQ

PORTE
PAGO

**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XIX n.º 223

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Julho 1993 — 110\$00

9 DE JULHO DE 1993 TOMARAM POSSE OS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS E PRESIDENTES DAS MAGD ELEITOS EM 26 DE JUNHO



Presidente do CFC

«...O Conselho Fiscal é um elemento de cooperação e não de censura...»

Presidente da DC

«...que cada indivíduo, com as suas próprias palavras, marque as diferenças para encontrar uma só verdade. Porque quem critica quer o melhor...»

Presidente da MAGN

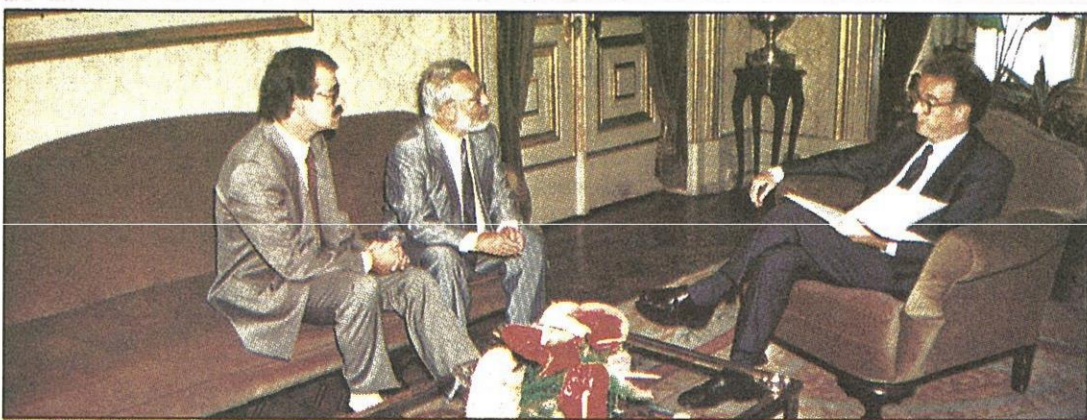
«...temos que fazer coincidir a qualidade do nosso empenho e dedicação, com a seriedade das nossas intenções.»

(CENTRAIS)

Associação de Mutilados Militares da Guerra de Angola visitaram a nossa Associação



PUBLICADO DECRETO-LEI RELATIVO À AQUISIÇÃO DE VIATURAS (P.4)



Presidente da CML em reunião com a ADFA compromete-se na Nova Sede no que compete à autarquia

(CENTRAIS)

PRÓTESES DISCUTIDAS ENTRE O HMP E A ADFA (P.2)

19 DE SETEMBRO CONVÍVIO EM ALCOBAÇA

Oportunidade de encontro dos sócios da zona do Oeste. Comparece! (P.3)

REUNIÃO COM O DIRECTOR DO HMP

No Hospital Militar Principal, no dia 21 do corrente mês, e por parte do seu Director, foi recebida uma delegação da A.D.F.A., que se compunha pelos Vice-Presidente e 1.º Secretário da Direcção Central e o responsável do serviço de Apoio Médico e Social, Major Silvério Rodrigues, interinamente colocado na nossa Associação, já que se encontra com destino previsto no Gabinete do Utente daquela unidade hospitalar militar, logo que tal se possa concretizar.

O Dr. Peralta de Figueiredo, na reunião havida, fazia-se acompanhar do Presidente do Conselho Administrativo, Major José Fernandes, e do chefe da Clínica de Fisiatria, Dr. Luís Cardeal, dado que a agenda dos assuntos a tratar tinha essencialmente a ver com a humanização do atendimento, os sistemas de prescrição, concursos e atribuição de próteses aos Deficientes das Forças Armadas com alguns reconhecidos inconvenientes manifestados pelos DFA's, que urgia clarificar. Foi também afluída a questão da implementação do Gabinete do Utente, reconhecido de fulcral interesse por todos os presentes e que a falta de espaço, actualmente existente no H.M.P., tem dificultado que seja incrementado.

Foram expostas ao Director do H.M.P. uma série de dificuldades que têm sendo sentidas pelos nossos associados e que, por informação sua, têm chegado ao conhecimento dos serviços e da Direcção da A.D.F.A.

Suspensa que se encontra a deslocação ao Hospital Militar de Hamburgo, segundo nos foi indicado, por razões que têm que ver com o interesse das nossas relações internacionais, urge criar condições para que em Portugal os utentes do H.M.P., Deficientes das Forças Armadas, tenha idênticas condições de assistência e reabilitação, no que à sua recuperação diz respeito. Foi entendido, pelos representantes do H.M.P., que há na realidade casos pontuais que carecem de tratamento no estrangeiro, e que é importante que seja definido um quadro objectivo nesse campo, dado que em Portugal, por exemplo, neste momento, não existem condições, nem razoáveis sequer, de fornecimento de calçado ortopédico a cerca de uma dezena de utilizadores. A resolução de tal problema é imprescindível.

Foi-nos revelado pelo Chefe da Clínica de Fisiatria, uma série de situações que não vamos deixar de indicar aos nossos associados.

Sempre que possível, e isso tem sido norma daquela Clínica corroborada pelo Presidente do Conselho Administrativo, o fornecimento das próteses é efectuado pela casa escolhida pelo paciente. Existem casos em que o aparecimento das novas tecnologias, em matéria de próteses e outras ajudas técnicas, são com rapidez pretendidos para prescrição por parte dos deficientes militares, parecendo que o aconselhamento do pedido de tal prescrição parte inclusivamente das próprias casas que o fornecem. Há na realidade materiais novos, como as próteses Endoleigh, ou os copos de silicone, que sendo materiais da mais recente investigação, podem não ser os mais apropriados a cada um dos casos específicos. Aquela prótese por integrar elementos muito leves, mas que não suporta grandes pesos ou actividades intensas

e o copo de silicone que continua a ser prescrito e fornecido através de folhetos de publicidade, dado que em Portugal, só no próximo mês de Setembro, se realizará o 1.º Congresso sobre este tipo de material, momento a partir do qual se terá melhor conhecimento e mais profundo, sobre as suas virtualidades e dificuldades. É importante que se reconheça que os primeiros utilizadores destas inovações, queira-se ou não, são «cobaias» do novo sistema, dado que ainda não está provada a sua eficácia ou ineficácia, e são os seus primeiros utilizadores que na vida real acabam por fazer o respectivo teste de aplicabilidade.

É norma actual da Clínica de Fisiatria que as próteses, depois de executadas, só são entregues ao seu utilizador na própria clínica a fim de que se garanta que os materiais aplicados são os prescritos e que a sua adaptabilidade é perfeita. É assim desaconselhável que se receba uma prótese na respectiva casa que a executou, que se leve para casa, quantas vezes longe de Lisboa, assinando o termo de responsabilidade em como se encontra correctamente efectuada, primeiro porque a fase de adaptação à nova prótese dura no mínimo duas semanas, e antes disso não é possível ter a garantia em que a adaptação é perfeita, segundo porque só quem a prescreveu sabe se os materiais utilizados são os que foram requisitados e se o ajustamento ao couro e à postura do utilizador são as perfeitas.

Ouvimos com satisfação ser-nos indicado, com toda a garantia, que nunca serão problemas orçamentais que dificultarão a atribuição de próteses aos deficientes militares, sector para quem os responsáveis do H.M.P. dedicam a maior atenção e até carinho, pelo que algumas dificuldades momentaneamente surgidas provêm mais da falta de alguma sensibilidade do que de reais directrizes de conduta, por parte da Direcção do Hospital.

Em casos urgentes é usual, disse-nos o Dr. Luís Cardeal, o utente, após a prescrição da prótese, ser ele mesmo portador da re-

quisição ao Conselho Administrativo para obviar à desburocratização do sistema, sendo, no entanto, sempre que possível aconselhável o acompanhamento ainda que por via telefónica, junto daquele Conselho, dos trâmites do concurso para a adjudicação, o que obviará a uma maior celeridade em todo o processo de feitura e adaptação.

A ADFA reivindicou por outro lado, que fosse assumido em definitivo que a entrega das próteses deveria ser feita exclusivamente na Clínica de Fisiatria, com a presença de um representante da casa que a produziu, ultrapassado o período mínimo e razoável de experimentação após o definitivo ajuste, para nesse momento que seja assumido por todos: médico que prescreveu, casa que executou e deficiente que vai utilizar, que o material confeccionado é o indicado, que se encontra perfeitamente adaptado à necessidade de quem o usa. Este critério, a ser utilizado em definitivo, promove a real transparência de todo o processo e a responsabilidade e a responsabilização de todos os que nele intervêm.

Relativamente ao Gabinete do Utente, não se prevêem, para já, hipóteses da sua implantação nas instalações do H.M.P. Poderão surgir, a médio prazo, situações de qualquer modo transitórias e provisórias, que permitam o seu funcionamento.

No entanto, tal realidade só será objectiva aquando da construção do Pavilhão para a Clínica de Fisiatria, já projectado e onde as instalações para aquele serviço já se encontram previstas. Ficou, porém, assumido por todos os presentes, que o Major Silvério Rodrigues, embora interinamente na A.D.F.A., será o elo de ligação entre esta e os diversos serviços do H.M.P., solicitando-se e incentivando-se todos os associados, aos quais possam surgir quaisquer problemas ou necessidades de acompanhamento junto dos hospitais militares, que contactem o nosso serviço Médico-Social, que fará todos os contactos necessários para solucionar quaisquer contratempos que, como é lógico, não estejam na estreita e objectiva competência da Direcção Central.

Foi reconhecido pelos nossos interlocutores o importante labor que a nossa Associação tem feito, quer no acompanhamento dos problemas surgidos aos deficientes militares, quer no seu equacionamento proposta e apresentação junto das entidades daquela unidade hospitalar. Foi por todos entendido existirem dificuldades materiais, de funcionamento e de relacionamento, no entanto, se o diálogo se mantiver firme e aberto, sereno, evitar-se-ão complicações aos deficientes militares com redução de custos e maior eficácia no trabalho por parte dos próprios serviços e clínicas do H.M.P.

COIMBRA

VI CONVÍVIO-DEFICIENTES/93



Numa organização do Departamento de Dinamização Cultura e Desporto da Delegação de Coimbra da ADFA «Secção de Pesca Desportiva», realizou-se, em VI edição, o Convívio Anual Interinstituições de e para Deficientes da Zona Centro do País.

Uma prova de pesca de rio e uma sardinhada nas margens do Mondego, «Choupalinho», foram o pretexto para umas horas de são convívio. Mais de uma centena de pessoas estiveram reunidas entre as 9 e as 17 horas do dia 4 de Julho, dia da cidade, na margem esquerda do romântico Mondego. Apesar do nulo apoio das entidades oficiais, conforme opinião generalizada dos participantes, o evento saldou-se por mais um êxito social, saindo a ADFA prestigiada.

As instituições de Deficientes querem continuar com a iniciativa, tendo sido feita uma proposta à ADFA

para que o próximo convívio se realize na zona de Alfarelos, com organização da ADFA e Colónia Psiquiátrica de Arnes, uma das instituições que aderiu a este convívio anual desde a primeira edição. A prova desportiva foi ganha por um deficiente motor dos Hospitais da Universidade de Coimbra, estando a ADFA representada por cinco associados, cujo melhor classificado, 3.º na geral, foi o Fernando Lucas.

Na ausência de apoios, apesar de solicitados, às vezes é bom que isso aconteça para que os Deficientes saibam com quem podem contar, a ADFA não deixou que nada faltasse.

Registe-se que quando nos referimos à falta de apoios, falamos de entidades oficiais: Câmara Municipal, Governo Civil, etc., etc.

Algumas entidades privadas, deram-nos ajuda, sendo de destacar a contri-

buição de associados estabelecidos (Vasco Henriques-Foto Cinearte, Américo Bernardino; Fernando Silva, do restaurante Neptuno; Girão-Bombas Lubricentro; Viriato, da Velocipédica de Sangalhos. Destaque-se ainda as colaborações dos associados, Mário Dinis, há muitos anos com a profissão de trabalhador militante da ADFA, sem vencimento, Quim Santos, sempre pronto com a sua viatura, e também dos elementos da Secção de Pesca.

Uma saudação muito especial para a nossa trabalhadora D. Elisabete e seu marido, que, mais uma vez, com prejuízo da vida pessoal, disseram presente ao chamamento, desta que é uma segunda família (a ADFA).

Quanto ao associado Vítor Oliveira e aos dois trabalhadores da Delegação, obviamente...

CONGRESSO DE SURDOS EM COIMBRA

O debate entre centenas de deficientes auditivos foi uma realidade em Coimbra no passado mês de Junho num Primeiro Congresso Nacional em que a figura do intérprete de língua gestual ocupa posição preponderante.

No uso da palavra, especialistas aludiram a preconceitos de alguns professores de crianças deficientes auditivas, que não admitem o seu orgulho na língua gestual.

A língua gestual torna mais rica a cultura portuguesa, introduzindo-lhe maior variedade, referiu um dos docentes do Ensino Especial, frisando que aquela forma de expressão nunca mais acaba, está em permanente evolução. Para Sérgio Niza, docente do Ensino Especial, «Os surdos adultos têm de se fazer professores de língua gestual e ensinar aos mais novos a

sua cultura e forma de comunicar».

Ser surdo, não impede que se ria menos ou que se ria mais, que se goste de estar em casa ou passear ao ar livre, referiu o presidente da Comissão Organizadora do Congresso. Armando Baltazar lembrou que uma pessoa surda não deixa de ser um ser humano, que pode também beber ou não beber um copo, viver mais ou menos intensamente o amor.

Num texto divulgado durante os trabalhos, um docente da Escola Superior de Educação de Setúbal afirmou que «O que a ciência aprendeu nos últimos 30 anos com o estudo dos surdos e das suas belas línguas gestuais vernáculas, é já muito e muito promissor, considerando anda existir muito por fazer, para se obterem respostas necessárias».

Foi defendida a formação de novos intérpretes de língua gestual portuguesa. Pelo número e qualidade do serviço prestado, esses intérpretes deverão ser capazes de dar respostas às necessidades da comunidade.

SÓCIOS FALECIDOS

DAVID SILVA DA CUNHA, sócio n.º 918, natural de Rubiais — Paredes de Coura — e residente em Odivelas, faleceu no passado dia 1 de Outubro de 1992. Deficiência com 65% de desvalorização.

Deixa viúva a Sr.ª D. Maria Manuela Henriques Luís da Cunha.

Aos familiares e amigos deste sócio apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

CADERNO

ELEITORAL

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Como é do conhecimento dos nossos associados as eleições da Delegação de Vila Nova de Famalicão e no núcleo de Braga realizaram-se a 24 de Julho. O acto decorreu com normalidade, votaram, 40 sócios em

Braga e 80 em Vila Nova de Famalicão. Destes 120 votos não houve nenhum anulado nem em branco. Juntamente com a lista eleita, publicamos um protesto por ela enviada e uma nota do nosso director.

**LISTA A
MAG DELEGAÇÃO:**

Presidente: Sócio N.º 171, António Joaquim Magalhães Alves, 47 anos, Casal S. José — Vinhal — 4760 V. N. Famalicão

Secretário: Sócio N.º 9110, Fernando Gomes Carvalho, 48 anos, Aldeia Nova, Esmoriz — 4760 V. N. Famalicão

Vogal: Sócio N.º 3144, Manuel Rocha Ferreira, 50 anos, Agra do Barreiro, Delães — 4760 V. N. Famalicão

DIRECÇÃO DELEGAÇÃO

Presidente: Sócio N.º 3505, Anquises Fernando Cróccia Barbosa Carvalho, 45 anos, Rua Monsenhor Torres Carneiro, 72 — 4760 V. N. Famalicão

Secretário: Sócio N.º 170, António Silva Marques, 44 anos, Serra, Cavalões — 4760 V. N. Famalicão

Tesoureiro: Sócio N.º 6459, Henrique José Pereira Rodrigues, 49 anos, Padim, Brufe — 4760 V. N. Famalicão

C. FISCAL DELEGAÇÃO

Presidente: Sócio N.º 22, José António Mota Vieira, 43 anos, R. General Humberto Delgado — Vila Verde

Vogal: Sócio N.º 2645, José Soares Magalhães, 42 anos, Boucinha, Panoias — Braga

Vogal: Sócio N.º 1876, Arnaldo Costa Gomes, 41 anos, Barra, Atiães — Vila Verde

REPRESENTANTES SÓCIOS

Efectivo: Sócio N.º 82, Augusto Correia da Silva, 43 anos, S. Miguel O'Anjo, Calendário — V. N. Famalicão

1.º Suplente: Sócio N.º 8368, Daniel Moreira Simões, 49 anos, Ribeira Louro — V. N. Famalicão

2.º Suplente: Sócio N.º 181, Armindo Costa, 49 anos, Devesas, Oliveira St.ª Maria — Riba D'Ave

3.º Suplente: Sócio N.º 4024, Joaquim Manuel Martins Mota, 44 anos, Telhado, Joane — 4760 V. N. Famalicão

PROTESTO

Os candidatos que fazem parte da LISTA concernente às ELEIÇÕES para os Órgãos Sociais da Delegação de Vila Nova de Famalicão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, vêm junto do Director do Jornal «Elo» apresentar o seu vivo protesto pela não transcrição do «Programa de Acção», na sua totalidade, elaborado para as eleições a realizar em 24 do corrente mês, nesta Delegação, tornando o mesmo, com a não transcrição na totalidade, de desconexo e inconsequente.

Solicitam os candidatos que este PROTESTO seja publicado no próximo Jornal «ELO» e que o respectivo Programa de Acção seja publicado na ÍNTEGRA.

Vila Nova de Famalicão, 15 de Julho de 1993.

OS CANDIDATOS
(Assinaturas ilegíveis)

P.S. — Do teor deste protesto será dado conhecimento aos Órgãos Sociais Centrais e Delegações da A.D.F. Armadas.

NOTA DO DIRECTOR

Publicado o protesto dos elementos, na altura candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação de Famalicão, agora eleitos e que vivamente felicitamos, não pode, o Director deste jornal, deixar de tecer algumas palavras à guisa de comentário e com a imparcialidade e equilíbrio que lhe competem ao texto transcrito.

Dentro do mais elementar espírito de justiça e igualdade de oportunidades, o «ELO» transcreveu, no seu último número, a lista candidata aos Órgãos Sociais da Delegação de Vila Nova de Famalicão, proposta pelos Órgãos Sociais cessantes, portanto Lista A, dando-lhe, e entendemos bem, honras de primeira página, à publicação da respectiva convocatória para o Acto Eleitoral de 24 de Julho. O resumo do próprio programa foi, diga-se, até mais extenso do que o das outras Delegações que se organizaram atempadamente para o Acto Eleitoral Nacional convocado para 26 de Junho. Foi assim, e até pela força das circunstâncias, dado relevo noticioso especial à Delegação de Famalicão, com relação ao processo eleitoral desenvolvido. Publicar na íntegra todo o seu programa de oito páginas e, sem menosprezar a sua valia, seria pôr em causa o tratamento dado a todas as outras Delegações da ADFA; parece-nos que estas poderiam questionar os critérios utilizados, porque da maior ou menor dinâmica de cada Delegação, não compete ao «ELO» ajuizar.

Estamos absolutamente convictos de que procedemos com o mais salutar espírito de justiça e acuidade.

O Director do Jornal ELO

**ATENDIMENTO AO PÚBLICO
DA REPARTIÇÃO GERAL**

A fim de se poder fornecer um melhor serviço aos DFA, a Repartição Geral do MDN informa que o período de atendimento é das 14H00 às 17H00, nos dias úteis.

EDITORIAL

Chegou o momento alto de gozo de férias onde, no nosso país até encerram algumas empresas, facto que, há alguns anos, também acontecia com a nossa própria Associação que, se actualmente não fecha as suas portas no mês de Agosto, mantém unicamente a funcionar, com pessoal reduzido, os serviços de apoio. O «ELO» não fugiu a essa tradição, que não irá quebrar este ano e, como vem sendo usual, não será publicado, com referência ao mês de Agosto, por necessidade, como é óbvio, de descanso do seu pessoal e por ser o momento em que mais diminuto é o volume noticioso.

Afastados até final de Setembro, do contacto com os nossos associados e leitores a quem desejamos vivamente umas excelentes e seguramente mais do que merecidas férias, queremos realçar as actividades que se adivinham vir a acontecer, chamando-lhes a atenção pela importância de que se revestem aos seus diversos níveis. Será assim notícia, na próxima edição do jornal «ELO», por então já acontecido o que, esperamos e incentivamos, muito participado convívio associativo em Alcobaca no dia 19 de Setembro, a recepção provisória da nova Sede que se prevê para o próximo mês de Agosto, toda a dinâmica que se incrementará por aumento da venda do sorteio relativo à respectiva «Campanha de Angariação de Fundos», a realização na Turquia da «16.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus» da F.M.A.C., e a 1.ª Reunião com a actual composição do Conselho Nacional de Reabilitação, que se efectuará possivelmente durante o mês de Setembro e onde a A.D.F.A. e a U.C.N.O.D. tomarão assento, em representação das organizações de deficientes, em função para a qual foram eleitas pelo Grupo de Diálogo do S.N.R.

Depois deste período de descanso das, quantas vezes intensas, actividades profissionais que abraçamos, é importante que cada um de nós se revigore em esforço para participar e intervir na nossa vida colectiva. As realizações e actividades vão pedir, como sempre e cada vez mais, a prestação de cada um de nós, já que se avizinha, a breve trecho, todo o trabalho de transferência de serviços do Palácio da Independência para a nova Sede. O acto que queremos solene e de significado, que assinala no presente e para o futuro a nossa presença no velho Palácio, que passámos por aquela casa com a dignidade que nós subimos conquistar, reconhecendo que ele é um marco e uma referência pelas lutas que desenvolvemos, ao darmos a conhecer à sociedade e contribuir eficaz, iniludível e pioneiramente na alteração de mentalidades, que contribuiu para a renovação de comportamentos por parte da comunidade. Momento de igual, senão de maior significado, virá a seguir quando ocuparmos em definitivo as instalações da nossa nova casa, tal como quem se muda, renovaremos ideais, refaremos sonhos, enfrentaremos o futuro com a força e a experiência de quem há 20 anos vem rasgando o seu trilho, definindo os seus objectivos, dando, porque não, exemplos de união e solidariedade.

O ontem que fez o hoje, e será sempre figurino do amanhã, conta com os que fomos, somos e seremos, os que levantando bem alto as bandeiras da reabilitação e da A.D.F.A., continuaremos em coesão a garantir o reconhecimento que já granjeámos pela sociedade, quer a nível nacional, quer internacional.

A Direcção Central

**CONVÍVIO ASSOCIATIVO
DOMINGO
ALCOBAÇA 19 DE SETEMBRO**

O Núcleo de Alcobaca vai levar a efeito um convívio associativo no Parque das Merendas junto à Estação de Caminhos de Ferro de Valado de Frades, que se encontra já devidamente assinalada e que se situa na estrada entre Alcobaca e Nazaré, exactamente a 6 km de cada uma destas localidades.

O encontro, que se inicia pelas 12 horas do dia 19 de Setembro, embora aberto a todos os sócios da ADFA, pretende juntar prioritariamente os associados da zona Oeste do País.

O local é aprazível e com muitas sombras, tem além de algumas mesas e bancos de pedra, diversos assadores, o que permite a cada um de nós levar os apoios que entender (frangos, entrecosto, etc.), a juntar às sardinhas, febras, pão e vinho que o núcleo providenciará.

Se alguém quiser levar um garrafão de vinho da sua zona poderá fazer-se uma prova. Porque não?

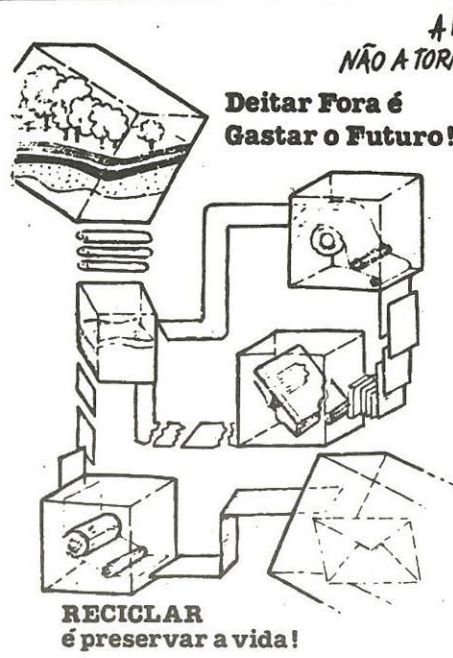
Sugere-se e solicita-se a inscrição entre os dias 1 e 15 de Setembro para a Sede, DASC, telef. 01/3462167, ou de preferência à noite, para os seguintes Associados de Alcobaca (indicativos 062): Sflvio-41733; Daniel-503133; Amaro-596253; Aniceto-41492.

Durante o convívio será pedida uma comparticipação monetária não fixa, para apoio desta iniciativa do Núcleo.

Inscreve-te! Comparece! Leva a tua família. Vamos viver em comum mais um grande dia da ADFA!

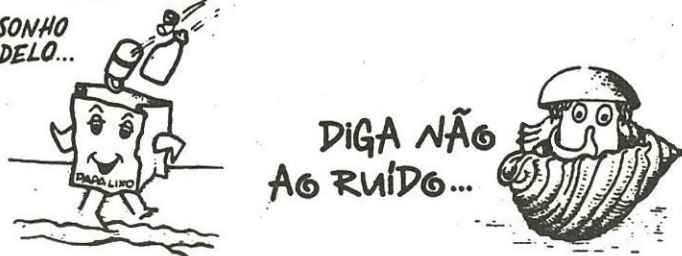
O ambiente diz respeito a todos.

PARTICIPE!



A PRAIA É UM SONHO
NÃO A TORNE UM PESADELO...

Deitar Fora é
Gastar o Futuro!



DIGA NÃO
AO RUÍDO...



PARA UM AMANHÃ AZUL
SEM POLUIÇÃO DOAR...

O ambiente está nas suas mãos
Contribua para a mudança

mais puro
melhor futuro

ISENÇÃO DE IMPOSTOS NA AQUISIÇÃO DE VIATURAS

Foi publicado, no Diário da República de 22 de Julho, o Decreto-Lei 259/93 que vem alargar o âmbito de aplicação do DL 103-A/90 de 22 de Março que passa também a regular a isenção de imposto automóvel concedida aos Deficientes das Forças Armadas.

No último ELO, a ADFA adiantou genericamente as alterações que se previa virem a ser introduzidas.

As modificações de regime operadas situam-se dentro dos parâmetros que então se divulgaram, achando-se, neste momento, de interesse dar a conhecer o novo conteúdo do DL 103-A/90 de 22 de Março que se transcreve a seguir, na nova redacção que resulta da entrada em vigor do diploma agora publicado.

Há ainda aspectos com os quais a ADFA não concorda. A Associação continuará a envidar todos os esforços no sentido de que este direito seja concedido no máximo respeito pelos princípios da reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

Decreto-Lei n.º 103-A/90 de 22 de Março (*)

A reformulação do regime de benefícios fiscais, previsto no Decreto-Lei n.º 235-D/83, de 1 de Junho, relativo à aquisição de cadeiras de rodas, triciclos e veículos automóveis por parte de deficientes motores surge como resultado directo da experiência adquirida nos últimos seis anos.

É agora possível avaliar das virtualidades do regime e apurar do balanço da sua eficácia, no conjunto mais vasto de um projecto realista e economicamente justificado de solidariedade social, em que o deficiente seja cada vez menos dependente de terceiros.

Entende o Governo, neste contexto, continuar empenhado em tão nobre projecto, necessariamente através de uma nova disciplina e da consagração de algumas legítimas aspirações que têm vindo a ser reclamadas pelos deficientes na sequência da lei de bases instituída pela Lei n.º 9/89, de 2 de Maio.

Atentos tais pressupostos, alarga-se o âmbito do presente diploma aos deficientes cuja incapacidade se situa ao nível dos membros superiores, cria-se para efeitos fiscais a figura do multideficiente profundo e, em certas condições, permite-se a condução dos veículos pelos cônjuges e mesmo por terceiros.

Por outro lado, limita-se a cilindrada dos veículos objecto da isenção a níveis médios, utilitários, de modo a privilegiar apenas os deficientes que efectivamente carecem de transporte próprio e têm dificuldade em o adquirir nas condições e preços do mercado.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 20/89, de 28 de Julho, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — Os deficientes motores, civis ou das Forças Armadas, maiores de 18 anos, poderão beneficiar de isenção de imposto automóvel na aquisição de veículos automóveis ligeiros introduzidos no consumo para seu uso próprio, nos termos do disposto nos artigos seguintes:

Art. 2.º — 1 — Para efeitos da aplicação do presente diploma, considera-se deficiente motor todo aquele que, por motivo de lesão, deformidade ou enfermidade, congénita ou adquirida, seja portador de deficiência motora, ao nível dos membros inferiores ou superiores, de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60%, avaliada pela Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 43 189, de 23 de Setembro de 1960, desde que tal deficiência lhe dificulte, comprovadamente:

a) A locomoção na via pública sem auxílio de outrem ou recurso a meios de compensação, designadamente próteses, ortóteses, cadeiras de rodas, muletas e bengalas, no caso de deficiência motora ao nível dos membros inferiores;

b) O acesso ou utilização dos transportes públicos, colectivos convencionais, no caso de deficiência motora ao nível dos membros superiores.

2 — Para efeitos do presente diploma, considera-se multideficiente profundo todo o deficiente motor que, para além de se encontrar nas condições referidas no artigo 1.º e no número antecedente, enferme, cumulativamente, de deficiência sensorial ou intelectual ou visual de carácter permanente de que resulte um grau de desvalorização superior a 90% e por tal facto esteja comprovadamente impedido de conduzir veículos automóveis.

3 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, ou aos a eles equiparados, relativamente aos quais a isenção do imposto automóvel será concedida quando os mesmos forem portadores de incapacidade igual ou superior a 60%.

Art. 3.º — 1 — Só serão aceites pelas alfândegas as declarações de incapacidade emitidas pelas entidades seguintes:

a) Juntas médicas, a nomear pelo Ministro da Saúde, tratando-se dos deficientes civis;

b) Direcções dos serviços competentes de cada um dos ramos das forças armadas;

c) Comandos-Gerais da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Fiscal.

2 — As declarações de incapacidade a que alude o número anterior serão passadas em papel timbrado próprio do departamento emissor, assinadas pela entidade que superintende no respectivo serviço e autenticadas com o selo branco em uso, deverão referir

expressamente que a sua emissão tem em vista a aplicação das disposições do presente diploma e conter a indicação da idade do requerente.

3 — Do teor das declarações constarão, de forma detalhada, os seguintes elementos:

a) A natureza da deficiência;

b) O correspondente grau de desvalorização, nos termos da tabela referida no n.º 1 do artigo 2.º, excepto no que se refere aos deficientes das Forças Armadas ou aos a eles equiparados, relativamente aos quais o grau de desvalorização será fixado por junta médica militar ou pela forma fixada na legislação aplicável;

c) O preenchimento das condições fixadas nas alíneas a) e b) do artigo 2.º;

d) A multideficiência profunda, se for o caso;

e) A inaptidão para condução, caso exista.

4 — As declarações emitidas ao abrigo do n.º 1 deste artigo são válidas para a atribuição, pela Direcção-Geral de Viação, do dístico que permite o estacionamento de veículos automóveis em locais que lhe estão especialmente destinados, bem como para a obtenção de benefícios fiscais.

5 — Nos casos em que na tabela referida no n.º 1 do artigo 2.º os coeficientes de desvalorização variem, para a mesma deficiência, em função da idade e do grupo profissional, prevalecerá, no cálculo da incapacidade, o mais elevado destes coeficientes.

6 — A Direcção-Geral das Alfândegas poderá, sempre que o julgar conveniente, obrigar à submissão dos deficientes em nome de quem foram emitidas as declarações de incapacidade referidas aos números anteriores a uma junta médica de verificação.

Art.º 4.º — A cilindrada dos veículos automóveis objecto da isenção do imposto automóvel não poderá ultrapassar os 1600 cm3 ou 2000 cm3, conforme se apresentem equipados com motores a gasolina ou a gasóleo, respectivamente.

Art.º 5.º — 1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, pela expressão do «uso próprio», constante do artigo 1.º, entende-se que o veículo é conduzido exclusivamente pelo próprio deficiente e em seu proveito.

2 — No caso de o cônjuge do beneficiário ser, ele próprio, deficiente motor habilitado com a declaração a que se refere o artigo 3.º, poderá, também ele, conduzir o veículo importado ao abrigo do presente diploma.

3 — Aos multideficientes profundos e aos deficientes motores cujo grau de incapacidade permanente seja igual ou superior a 90%, qualquer que seja a sua idade, poderá ser autorizada a condução do veículo por terceiros, desde que o deficiente seja um dos seus ocupantes, ou em deslocações que não excedam um raio de 30 km da residência do beneficiário.

4 — A autorização referida no número anterior será concedida pelo director-geral das Alfândegas, mediante pedido prévio do deficiente beneficiário, devidamente instruído.

5 — O incumprimento do disposto no presente artigo determinará a imediata apreensão do veículo, sendo tal conduta punível nos termos do regime jurídico das infracções fiscais aduaneiras.

6 — O disposto no presente artigo não é aplicável aos deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, ou aos a eles equiparados.

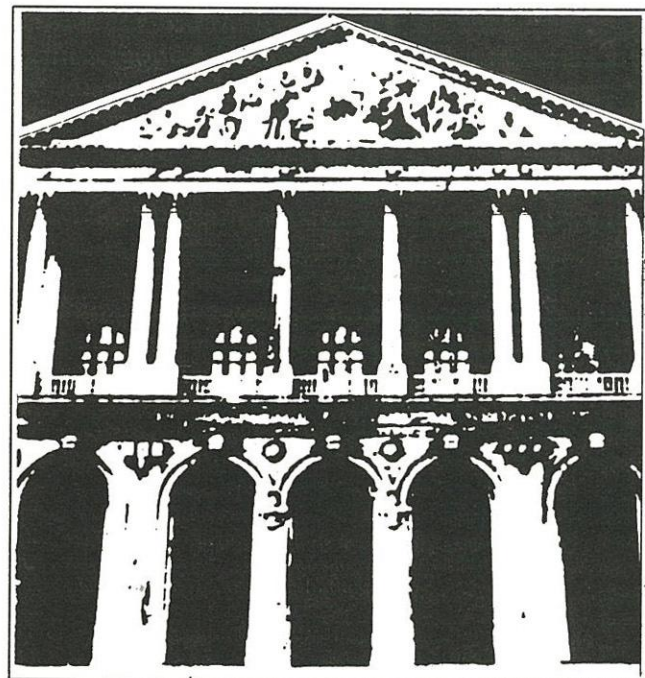
Art.º 6.º — 1 — A isenção prevista no artigo 1.º não pode ser fruída por cada beneficiário relativamente a mais de um veículo em cada cinco anos, salvo no caso de acidente involuntário com danos irreparáveis, de roubo ou de outro motivo extraordinário que conduza à eliminação da viatura em circunstâncias justificadas, devidamente comprovadas pela autoridade competente.

2 — Se o adquirente pretender alienar o automóvel importado ao abrigo deste decreto-lei antes de completar cinco anos, terá de pagar previamente ao Estado a parte do IA proporcional ao tempo que faltar para o termo daquele período.

3 — O incumprimento do disposto no número precedente constitui infracção fiscal aduaneira, punível nos termos do respectivo regime jurídico.

Art.º 7.º — Em caso de falecimento do beneficiário antes de decorrido o período de cinco anos, contado desde a aquisição efectiva do veículo, a propriedade deste transitará para os seus sucessores, sem obrigação de pagamento ao Estado das imposições fiscais referidas no artigo 1.º.

Art.º 8.º — Das declarações de veículos ligeiros deverá constar de forma bem visível a indicação «deficiente das Forças Armadas», relativamente aos indivíduos incluídos no n.º 3 do artigo



2.º, ou «deficiente», nos restantes casos, seguida de referência ao presente diploma, a fim de as direcções de viação e as conservatórias do registo de propriedade automóvel exararem o respectivo averbamento nos livretes de título de registo de propriedade.

2 — Será criado, por decreto regulamentar, um sistema de matriculação que permita aos serviços de fiscalização a identificação dos veículos importados com isenção, através de placas de matrícula semelhantes às da série normal, tanto na sua cor e formato como no número de caracteres inscritos.

3 — O cumprimento das obrigações impostas por este diploma será fiscalizado pela Direcção-Geral das Alfândegas, Guarda Fiscal e Direcção-Geral de Viação, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

Art.º 9.º — Os pedidos de benefícios serão apresentados e processados directamente nas sedes das alfândegas da área de residência do requerente, devidamente instruídos com documentação justificativa de que os impetrantes satisfazem os requisitos fixados nos artigos anteriores, bem como da prova de quitação com a Fazenda Nacional, mediante certidão de rendimentos relativos aos três últimos anos.

Art.º 10.º — Sem prejuízo dos demais condicionamentos e requisitos da legislação geral, o benefício de redução do IA para os veículos automóveis destinados ao serviço de aluguer com condutor — táxis e letra A — adaptados ao acesso e transporte de deficientes, em termos a definir por decreto regulamentar, será de 80%.

Art.º 11.º — 1 — É revogado o Decreto-Lei n.º 235-D/83, de 1 de Junho.

Nota:

(*) Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 8.º foram alertados pelo Decreto-Lei n.º 259/93.

As alterações estão já introduzidas no texto.

DL 259/93

É o seguinte o teor do Decreto-Lei n.º 259/93:

O presente diploma alarga o âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 103-A/90, de 22 de Março, o qual passa a regular, a par da isenção de imposto automóvel concedida aos deficientes civis, a concedida aos deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro. Continuam, no entanto, em relação a esta última categoria de indivíduos, a ser previstas algumas particularidades de regime.

Elevam-se ainda os limites de cilindrada dos veículos automóveis objecto da isenção fiscal, por forma que os deficientes possam adquirir veículos que, em termos de espaço, características técnicas e durabilidade, correspondam da melhor forma às suas necessidades.

Prevêem-se as situações em que a deficiência motora torna o indivíduo inapto para a condução, possibilitando que um terceiro conduza o veículo, em igualdade de circunstâncias com o regime previsto para os multideficientes profundos.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelas alíneas a), b) e c) no número 3 do artigo 35.º da Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 201 da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 8.º do DL 103-A/90, de 22 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

(as alterações constam já do DL 103-A/90 e encontram-se em itálico)

Artigo 2.º — É revogado o n.º 2 do artigo 15.º do DL 43/76 de 20 de Janeiro.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque; António Carreiro,
José Maia, José Pavoeiro, Andreia Zamorano

FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

LISBOA E AS SUAS BARREIRAS PERANTE A PESSOA DEFICIENTE

O tema que me foi proposto no âmbito deste ciclo de conferências, «Lisboa e as suas Barreiras perante a Pessoa Deficiente», (1) Pôs-me à partida em face do dilema sobre que orientação devia dar a este encontro, atendendo a várias ordens de razões, de entre as quais sublinho: o reconhecimento de que em Lisboa não há barreiras que não existam noutra metrópole como esta grande cidade. Martelou-me no espírito a dúvida se devia falar de «barreira» como usualmente é entendido, isto é, só as barreiras físicas, «stricto sensu», e aí talvez fosse possível divisar alguma especificidade atribuível a esta capital, ou se, de outro modo, deveria incluir nesta temática outras questões integradas num conceito amplo desta designação. Todavia, pretendo entrar com toda a pujança nesse domínio, seria para mim entrar em seara alheia, já que não domino tal matéria por deformação profissional. Nessa linha, se insistisse em prosseguir, confesso que me faltaria engenho e arte e esgotar-se-me-ia o próprio fôlego. Como mesmo assim da minha seara percebo pouco, fazer uma abordagem exaustiva deste tema abarcando ao pormenor as questões que se prendem com os outros deficientes, já que sou portador de cegueira, seria ousadia temerária e por certo os leitores e ouvintes não me perdoariam tal inoportuna intromissão. Ante todas estas lucubrações e dificuldades no tratamento profundo de tal temática, tive que me decidir, e ninguém melhor do que o poeta para me aconselhar e entender o sentido da minha decisão: «Só sei que vou por aqui».

Sem menosprezo pelos outros deficientes, donde desfruto de bons amigos, permitam-me os leitores e ouvintes que entre no meu reduto, e de lá abordarei as barreiras que, em termos paradigmáticos aos meus iguais, os que não vêem, vou detectando, certo de que a maioria delas também toca de perto os demais deficientes meus semelhantes. Corroboro esta decisão pelo facto de esta pequena exposição se processar numa Instituição em que a pessoa cega protagoniza as instantes preocupações de todos aqueles que incondicionalmente lhes prestam apoio.

(...) Pus-me a deambular por estas ruas desta linda cidade de Lisboa, numa tarde domingueira cheia de sol, acompanhado ao lado pelo ruído marulhento do Tejo, oferecendo-me o apetecido cheiro a maresia, embora ténue e mesclado de outros odores, enquanto me apercebia do estrídulo som das gai-votas que vojavam em circunvoluções que eu claramente percebia pelo estridor das suas asas. Lá ao fundo da grande artéria, uma banda de música tocava melodias que me apelavam à «saudade» e que acabaram por ser o tónico para a minha inspiração no que vos vou comunicar. Chegavam-me às narinas cheiros difusos, dos quais apesar de tudo sobressaía e das flores e os meus ouvidos deram-se também conta do alegre chilreio de passarinhos, arrulhos de pombos, um ou outro pregão, talvez de ardina... E foi assim, com todas estas impressões a povilhar-me o nariz e os ouvidos, que encontrei um banco de jardim para me sentar, porque senti de repente uma indomável vontade de meditar, enquanto descansava um pouco, acerca de todos os contrastes que esta cidade nos propõe. Vieram-me ao pensamento muitos desses presentes com que por ela somos surpreendidos, bons e maus. Mas o meu espírito, teimosamente, quis favorecer a meditação sobre os múltiplos obstáculos com que um deficiente tem que se confrontar quando percorre sem ajudas de outrem esta cidade. Isto justifica-se talvez porque ainda estava comalido e mal curado de um «encosto» que tinha tido com um escapatate publicitário que servia de fundo a uma esplanada colocada no meio da avenida para atrair somente as pessoas «normais», ao que penso. Ora, a minha condição de pessoa que não vê arrastou-me naturalmente a reflexão para aqueles obstáculos que são impeditivos da livre circulação dos meus iguais, envolvido de uma enorme solidariedade pelos outros meus semelhantes, sendo análogas muitas situações que acontecem a uns e a outros. E começou a definir-se-me claramente na mente aquele dia atribulado, dia da semana, estava eu de férias, em que deambulei voluntária e quase como ma-soquistamente por ruas e avenidas desta cidade, tendo-me então sucedido toda a gama e diversidade de peripécias que vão servir de base à minha explanação.

E o que é que me aconteceu? O que é que eu vi, melhor, «senti»?

Logo ao começar o meu memorável trajecto, melhor fora um sonho mau, chamaram-me «coitadinho», antes de me ajudarem a atravessar num local onde nem sequer havia sinais sonoros de trânsito. Se os houvesse, por certo que não sofreria aquele acicate proferido por tal epíteto. Ele foi dirigido por alguém aureolado pela persistente barreira da incul-tura, que nos está sempre a apresentar e justificar desculpas, mas reveladora de uma falta de aculturação de massas, circunstância que entre nós continua a não preocupar os órgãos do poder nem pouco mais ou menos os «mass media». Prosseguindo, um pouco mais adiante, num passeio largo, ia eu a cogitar no que atrás comentei, beije involuntariamente uma cabine telefónica, vulgo orelhão, e de que me desviei a sete pés, talvez demasiado, apesar de sentir o quente do sangue fresco que me resvalava testa abaixo, derivado de um golpe na cabeça. Foi no impulso de me desviar que, ao guinar para o lado esquerdo, bato com o flanco num poste que me saudou assim efusivamente, pois era abraçado por um caixote, vulgo papeleira, que estava a transbordar, aliviando um pouco do seu conteúdo nauseabundo sobre as minhas roupas e o rosto. Lá me tentei desvencilhar daqueles mimos e prosse-gui paulatinamente, avenida abaixo, guina à esquerda, guina à direita, a fazer horas para o almoço e então tratar de tirar o fato para ir para a lavandaria. Eis senão quando, os meus pés pisam qualquer coisa pastosa, mal cheiro sa e estranha, e lá vou eu a voar três ou quatro metros, a fazer equilíbrio, mas fui mal sucedido no exercício, pois no fim destes mala-barismos acabei por cair de rolo. Solícita e simpática, logo me apareceu uma senhora com um maço de lenços e ajudou-me a retirar os restos daquilo que um cãozinho indiscreto, com apoio do seu dono, depositou no passeio e ocasionou

aquela minha curta viagem de voo. Lá me fui recompondo. Mas que dia atribulado!

Mas... de chofre, alguém grita: «Cuidado! Para a direita! Para a esquerda, mais para trás!» Sentia-me como que um «robot» telecomandado e por isso decidi parar, não conseguindo evitar, apesar da generosidade da voz irritada do mandante, a queda num profundo buraco por onde iam passar cabos eléctricos. Saí lá de um salto, qual gato felino, todo enlameado, mas já que o fato estava sujo, perdido por cem, perdido por mil.

Refeito, voltei para trás, desta vez de forma mais calculada, não consegui bater nos obstáculos anteriores, mas tanto me quis desviar que, como um mosquito, entrei por um emaranhado de cordas, mas aí encontrei a barreira de um operário solícito, que me ajudou a sair daquele liame, isto é, um tapume de cordas que simbolizava (obras).

(...) Tendo-me naquele dia dirigido à Associação dos meus conterrâneos para me relaxar daquele dia fatídico, encontrei o Zeca que me disse de repente: «Olha lá, porque que é que os edifícios principais não têm os elevadores marcados em Braille? Assim não te perdis no andar desta associação. Se não me engano já vi esse trabalho nalgumas paragens de autocarro». Boa velha nova ideia, pensei e registei.

Pouco depois encontrei o Machado, que me disse: «Tanto me chateaste, que aqui nos meus escritórios de Lisboa vou pôr um amigo teu a trabalhar com telex em Braille. E quero ver se meto dois ou três cegos e meia dúzia de outros deficientes lá na fábrica de calçado.» Eu anotei: «Mais uma barreira laboral que se demoliu.»

O Zé Fernandes entrou na conversa para dizer: «vais comigo amanhã ao notário para seres fiador de um empréstimo que vou contrair». Embatucado, desculpei-me, que não, e disse-lhe: «Pela lei os cegos não podem ser fiadores nem abonadores em negócios jurídicos.» Uma barreira a derrubar, registei.

O Augusto interveio para me perguntar: «Porque não escolheste ir para juiz?» «Não é permitido», respondi. «Tu não sabes que os juizes ainda têm de escrever as sentenças pelo seu próprio punho, não vá o escrivão pôr outra coisa, e, nesse caso, a sentença poderia ser maior se tivesse de te condenar não estando a ver o que escrevi.» «Mais uma barreira para derrubar.»

(...) Estava eu no fim das minhas cogitações, quando os meus ouvidos me deram conta de algo diverso. De um lado, alguém tocava acordeão com virtuosismo. Do outro, alguém matraqueava castanholas e esmolava. Perguntei-me, será o comportamento destes dois protagonistas censurável? Quanto ao primeiro, digo que não, porque esse estava a vender um produto de cariz intelectual; o segundo mendigava efectivamente. Contudo as autoridades actuarium igualmente, repudiando o comportamento de ambos.

As conclusões a que vou chegando, já as fui partilhando convosco, nos pequenos comentários de cada um dos quadros que relatei: mas restam outras igualmente doutrinárias e de fundo, que eu vos quero convidar a inferir comigo. Eis pois:

A designação comum de «barreiras» não diz unicamente respeito às barreiras arquitecturais. Há-as de várias espécies e, sem pretender criar alguma doutrina nesta matéria, atrevo-me a aproximar-me de uma possível classificação: Assim: barreiras arquitectónicas (as físicas), barreiras sociais, barreiras culturais e barreiras funcionais.

Das primeiras já se falou com certa amplitude. Das segundas, apenas referirei que há muito que fazer, pois elas inserem-se num contexto global da sociedade em que orbitamos. Lanço daqui mais uma vez o repto da necessidade de o Estado, no seguimento do que se faz na maioria dos países da CEE, atribuir a cada deficiente grave (total) uma compensação financeira da deficiência. Deste modo, derribar-se-iam muitos obstáculos. O deficiente «grave» gasta sempre muito mais dinheiro para se aproximar dos parâmetros de igualdade com os demais cidadãos. Nas minhas histórias, eu sujei o fato e rachei a cabeça e tive que usar táxi, quando estava perto de casa. Outro cidadão normal dispensaria estes gestos em circunstâncias normais. Por exemplo, o telefone é um meio essencialíssimo para quem está limitado na locomoção. O seu preço tarifário devia pois ser atenuado para estas pessoas.

Há pequenos serviços que o Estado e a comunidade podem prestar aos deficientes, que para estes são sempre onerosos, que lhes suavizariam mais a vida e seriam facilitantes de uma mais sadia integração. Cito mais: transportes, habitação, benefícios fiscais, pensões adequadas, tudo forma de o Estado cooperar com estas pessoas, descarregando-as de despesas que aplicaríamos em outras coisas igualmente necessárias.

Quanto às barreiras culturais, há que mudar a mentalidade de um povo e isso só se consegue com um labor programado e aturado e orientado, mas não com acções isoladas. É preciso que o cidadão normal conheça mais e melhor os problemas dos deficientes, para que ambas as partes entrem numa relação mas sadia e facilitadora da sua integração social. Mas é também preciso que os deficientes, por sua vez, também se elevem culturalmente, porque tal processo, porque recíproco, também deles depende em muito.

Quanto às barreiras ditas funcionais, é preciso que, no caso particular da cegueira, e noutros se reconheça que as pessoas por ela afectadas são desvalorizadas em quase todas as situações da vida e isso impõe necessariamente a adopção de medidas especiais tendentes a assegurar aos seus portadores o máximo em igualdade de oportunidades, minimizando ao máximo as disfunções assim originadas.

Para terminar, direi que, como acontece em Lisboa, é normalmente às grandes metrópoles ou capitais que os deficientes afluem, porque é lá que encontram o equipamento mais adequado para a sua subsistência, e condições de vida. Esta cidade tem de se munir da utilidade necessária para dar uma resposta cabal a toda esta sorte de problemas obstaculares que se anteparam aos menos protegidos, como é o caso dos deficientes, sobretudo os considerados graves. Penso que, no que concerne nomeadamente às barreiras físicas, é à edilidade local que pertence prestar mais um pouco de atenção à maneira como olha pelas minorias que vivem no seu seio. Importa que, pelos actos que pratica, lhes reconheça plenamente o direito à diferença.

É preciso que neste e noutros campos, também no cultural, a Câmara Municipal de Lisboa se aproxime mais destes munícipes, não se eximindo o Estado de cumprir a parte que lhe cabe, no plano social e nas ajudas técnicas susceptíveis de minorar as aludidas disfunções. A vivência quotidiana de um deficiente ocasiona-lhe mais desgaste durante um dia em termos de «stress», do que qualquer cidadão normal durante um mês.

É imperioso que comecem a indiciar-se francos sinais de que, realmente, «todos», mas «todos», os indivíduos, seja qual for a sua condição, têm, sem peias, direito ao livre desenvolvimento das suas próprias capacidades para se poderem realizar física, intelectual e moralmente. Este direito fundamental é também válido, sem restrições, para os cegos. Tal pressuposto baseia-se na generalidade na Declaração dos Direitos do Homem, e, em particular, na Declaração dos Direitos dos Deficientes que, como o primeiro, foi proclamada pela ONU.

Sejamos nós, em estreita articulação, instituições e pessoas que lidam com estas pessoas menos protegidas, pioneiros na delimitação dos obstáculos que impedem a plena consumação destes direitos.

(1) — Excertos desta Conferência, proferida no dia 26 de Maio passado, na sede da Associação Promotora do Ensino dos Cegos, publicada na revista «Dinamização Cultural», versão áudio, da Câmara Municipal de Lisboa, n.º 31, Julho de 1993.

Claudino Arieira Pinto
*Licenciado em Direito



ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

Tomada de posse dos Órgãos Sociais eleitos

Na sequência dos resultados do acto eleitoral (26 de Junho), foram empossados no dia 9 deste mês, na nossa Sede, os novos membros dos Órgãos Sociais Centrais e os Presidentes das Mesas da Assembleia Geral das Delegações de: Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Ponta Delgada, Setúbal e Viseu. O clima da posse foi bastante informal e bem-humorado, em deixar de parte a importância da solenidade. Estiveram no jantar que antecedeu a posse, e no acto em si, cerca de 50 pessoas. Das Delegações que se fizeram representar encontravam-se presentes outros elementos eleitos, para além dos presidentes da M.A.G.D. Como já havia sido divulgado no número anterior do ELO, dos 13 000 associados, houve uma comparência às urnas de mais de 10 por cento. Comum, esse, bastante significativo se comparado a eleições anteriores, às quais só concorreram uma lista. O que só vem ratificar o espírito que vem sendo expresso pelos associados da A.D.F.A.

Torna-se importante destacar algumas das intervenções que foram feitas naquele momento: o Presidente empossado da M.A.G. de Castelo Branco, Adelino Nabais Carreiro, pronunciou-se representando todas as M.A.G.D. do País (isso por ser Castelo Branco a Delegação mais antiga das presentes), lembrando-nos a luta da A.D.F.A., sem deixar de lado as questões de ordem interna.

O segundo interveniente foi o Presidente do Conselho Fiscal Central, António Neves. Assumindo publicamente as responsabilidades do cargo perante os sócios, falou-nos da necessidade de modernização e melhoria de serviços para os mesmos.

Apelou para que a Mesa da Assembleia Geral Nacional continue, com serenidade e sabedoria, a sua presidência e ressaltou o empenho do Conselho Fiscal em

manter uma atitude crítica e ainda nos lembrou que: «Fiscalizar significa estar atento e constante às necessidades da associação. O Conselho Fiscal é um elemento de cooperação e não de censura», foram palavras suas.

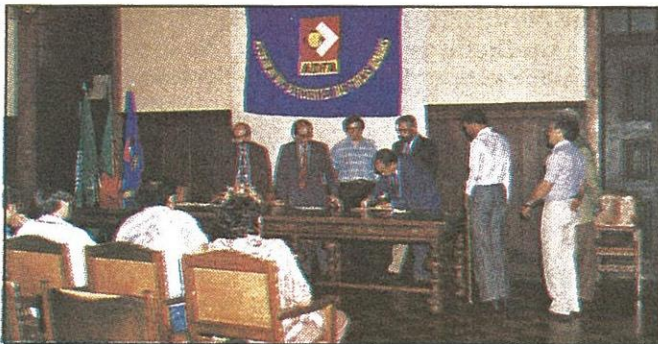
Quanto ao discurso do Presidente da Direcção Central, foi o mais emocionado e emocionante. José Arruda falou-nos dos ventos de mudança no Mundo e que a Direcção Central, seguindo esse espírito, tudo fará para que se cumpra o plano previsto. Recordou-nos, também, o desafio e objectivos da A.D.F.A. em manter os direitos dos associados: «Nós queremos uma A.D.F.A. independente, democrática e que cada indivíduo, com as suas próprias palavras, marque as diferenças para encontrar uma só verdade. Porque quem critica quer o melhor.» Foi este um dos momentos que nos sensibilizou.

E, por último, tomamos a liberdade de fazer nossas algumas palavras do nosso presidente da Assembleia Geral Nacional, Couceiro Ferreira:

«Caros Associados, Este acto, revestido de alguma solenidade, tem por fim lem-

sociativas na estrutura orgânica da A.D.F.A., endereçamos votos de feliz mandato e de que consigam, no final, o reconhecimento dos sócios que neles confiaram, com os seus votos, os destinos da nossa casa.

Embora cabendo à ocasião,



Tomada de posse dos membros do Conselho Fiscal Central

brar a todos nós a responsabilidade que vamos assumir, de continuar a caminhada da nossa Associação no sentido da consecução dos seus objectivos, mantendo ou ampliando o prestígio que já conseguiu, nos 19 anos de vivência tão rica.

Em nome de todos os associados, cumpre-nos, desde logo, prestar a homenagem devida àqueles que, durante os últimos dois anos, deram generosamente o seu contributo, no desempenho de cargos associativos.

Aos que, nos mesmos Órgãos ou noutros, vão prosseguir, dirigimos uma palavra de encorajamento e o desejo de que saibam encontrar a melhor via para que outros camaradas se preparem, brevemente, para os render.

Aos sócios que vêm agora participar pela primeira vez e aos que decidiram retornar às lides as-

so não valerá a pena enumerar os compromissos que todos nós assumimos, por escrito, através dos

programas eleitorais que apresentámos aos sócios, cujo voto nos faz hoje estar aqui. Julgamos sim, mais do que nunca, ser pertinente referir que a existência da A.D.F.A. estará sempre dependente das acções que os Órgãos Sociais conseguirem levar à prática, acções estas que não devem passar pelo esforço individual, quantas vezes denodado, porém, eventualmente gerador de potenciais situações de conflitualidade, mas sim pela concertação de esforços dos vários responsáveis da A.D.F.A., quer nacionais quer locais.

A assumpção dos cargos para que fomos eleitos, não pode mais ser, meramente, o proforma do respeito pelas disposições estatutárias. Sob pena de podermos contribuir para o desagregar do espírito de fraternidade que sempre presidiu à A.D.F.A., temos que fazer coincidir a qualidade do nosso empenho e dedicação, com a seriedade das nossas intenções.

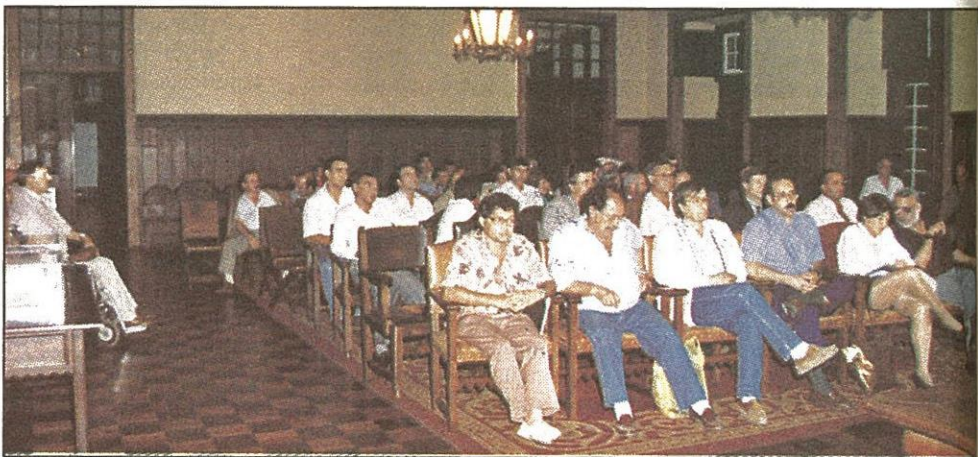
Deverão os Executivos, por

outro lado, fazer reflectir nas decisões que lhes competem, o sentir e a preocupação expressa dos outros Órgãos, forma de dar sentido às noções de diálogo e participação tantas vezes referidos.

Pelo lado da M.A.G.N., temos remos cumprir o papel moderador, que consideramos competir natureza deste Órgão, como forma de contribuir para a criação de ambiente propício à concretização dos objectivos referidos.

Como tarefa específica, a M.A.G.N. envidará todos os esforços para que a revisão estatutária esteja completa durante o presente mandato e, se tal se mostrar útil, como parece ser consenso dos debates já efectuados sobre esta matéria, proceder à convocação do próximo acto eleitoral ao abrigo do Estatuto já revisto.

Uma palavra final para expressar novamente o desejo de boa sorte, quantas vezes necessária, no desempenho das tarefas para o qual, estamos certos, não faltará a boa vontade de todos.



Cerimónia de tomada de posse no Salão Nobre do Palácio da Independência

Associado da ADFA condecorado nos Comandos

Conforme anunciado no jornal anterior, publicamos neste número a notícia relativa ao juramento de bandeira do 97.º Curso de Comandos. Nesta cerimónia foi imposta ao nosso associado e actual presidente do Conselho Fiscal Central da ADFA, capitão António Neves, a medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, com quem temos mantido uma relação próxima, o nosso melhor apreço, pelo esforço que vem desenvolvendo em prol da dignificação e integração dos seus associados.

Foi com estas palavras que o

CMDT do REGIMENTO DE COMANDOS, Cor. Inf. «Cmd» Arnaldo Cruz, se dirigiu à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na alocução proferida durante a cerimónia do Dia da Unidade.

Esta cerimónia, presidida pe-

lo Exm.º Gen. CEMGFA, Gen. «Cmd» Soares Carneiro teve lugar em 29JUN93 na Parada do Ultramar do REGIMENTO DE COMANDOS. Do programa constava também o Juramento de Bandeira do 2.º/TB, Esp. 840 Car e encerramento do 97.º Curso de Comandos.

Para além do formalismo próprio de uma cerimónia militar, é de salientar a alegria e o entusiasmo com que os milhares de visitantes, Comandos e familiares, emolduraram a Parada dando um colorido muito especial à Unidade.

A ADFA, que foi especialmente convidada para esta cerimónia, esteve representada pelo Presidente José Arruda, acompanhado pelo sócio Farinho Lopes. Na tribuna de Honra onde o Presidente da ADFA teve lugar, encontravam-se além da alta entidade que presidiu, o Gen. CEME, o Gen. GML e outros Oficiais Gerais bem como os antigos Comandantes da Unidade, o representante da autarquia e o Presidente da Associação de Comandos.

O Cor. Cruz, em determinado passo da sua alocução, e dirigindo-se ao Gen. CEMGFA, disse:

«... Está V. Ex.ª numa casa que ajudou a erigir, que por direito próprio lhe pertence tanto quanto aos que, aqui hoje, teimam em prosseguir o esforço antes iniciado.

— Deles gostaria de dizer que:

* Sentem orgulho e estima por aqueles que na génese primaram pela superior diferença no combate, caracterizando um estilo próprio de gente com determinação e vontade firme de vencer.

* Assumem o passado que herdaram, sem que o peso das recordações constitua factor paralisante.

* Vivem um presente desgas-

tante, feito de muitos esforços anónimos, treinam com persistência, experimentando a fome e a sede, o calor, a chuva, o frio, a aritmia do horário, suportando o esforço prolongado, as noites que não têm fim, ajudando o camarada, que temporariamente soçobra.

* Não se movem por desígnio-

— V. Ex.ª tem hoje na sua presença, nesta parada, o 1.º Batalhão do Exército, constituído praticamente na sua totalidade por pessoal em RV/RC.

— Para além das elevadas funções que actualmente desempenha, o facto de algumas das nossas Unidades terem desenvol-

vidos 12, dedicou o CMDT parte final do seu discurso, de que se salienta:

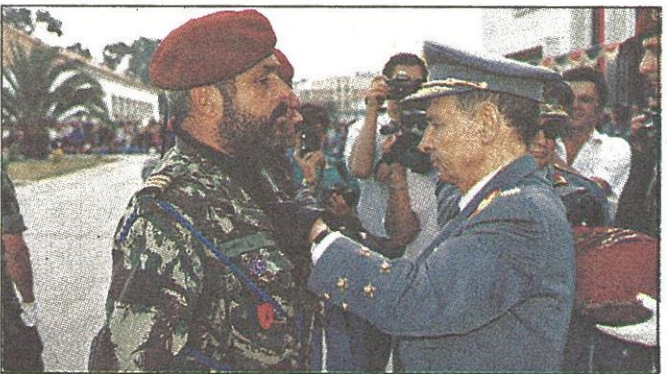
«... — Após um árduo e trabalhoso período de instrução, que finalmente estais na iminência de ter por concluído o vosso Curso de Comandos e, por conseguinte, o direito ao uso das insígnias próprias da especialidade...»

«... — O crachat e a boina vermelha que por direito próprio ireis passar a usar, não são meros adereços ou partes de um qualquer uniforme. Estes símbolos de especialidade «Comandos» representam uma diferente forma de estar na vida e uma postura perante as exigências, as solicitações e as necessidades das Forças Armadas, da Comunidade e da Pátria.

— São, em suma, alma e corpo de uma especialidade com identidade própria, nascida há 3 anos e em que durante cerca de 11 anos quase 9 500 comandos formados em Zemba ou em Lamego na Quibala ou na Namaacha, passando por Luanda, Brá e Montepuez souberam, pela forma exemplar como actuaram nos diferentes teatros operacionais, como também alguns caíram no campo da honra, construir este valioso legado histórico que agora vos é confiado e a enorme responsabilidade que vos é transmitida, a de continuar a prestigiar e a dignificar as tropas «Comandos»...»

Após o desfile das Forças em Parada, a equipa de queda livre do RCMDS efectuou um salto de 5000 pés com uma aterragem impecável na Parada.

Uma vez mais o 29JUN constituiu um motivo e a razão para um encontro entre camaradas que desde há três décadas trilham o caminho da lealdade, camaradergem, espírito de sacrifício e de bem servir, atributos e apanágio da grande família Comando.



General Soares Carneiro condecorando o Capitão António Neves

os de lucro fácil, nem foram mobilizados por uma gratificação choruda que nunca tiveram!

* Não foram instruídos numa lógica de morte, porque é a VIDA que amam e é na vida que acreditam!...»

Seguidamente e dirigindo-se ao Gen. CEME, Gen. Calderon Cerqueira da Rocha, o CMDT referiu alguns aspectos particulares da Unidade.

«... — Apraz-nos realçar ter sido, segundo cremos, este Regimento, que, pela primeira vez, assumiu a representação do Exército Português em actividades a nível Internacional, nomeadamente em exercícios no âmbito das Patrulhas de Longo Raio de Acção; Pertence também a esta unidade a equipa de «queda livre» que representou internacionalmente o Exército pela 1.ª vez.

vido sob a coordenação do meu Gen. intensa actividade operacional, confere-lhe legitimidade para perspectivar e defender, o respeito pela nossa identidade, pelo nosso património histórico, técnico e cultural, e o entendimento de que nunca fomos apenas unidades normais de Infantaria...»

Após a alocução do CMDT, e do Juramento de Bandeira, teve lugar a cerimónia de imposição de condecorações. O programa prosseguiu dando-se cumprimento aos actos de maior significado e mais emocionalmente vividos por todos os COMANDOS: a leitura do Código «Comando», a cerimónia aos Mortos «Comandos» e a imposição de crachats e boinas vermelhas. Aos 264 novos «Comandos», 6 Oficiais, 18 Sargentos e 240 Praças, que passaram a integrar o Batalhão de Co-



Salto em pára-quedas

RAIS DEITA

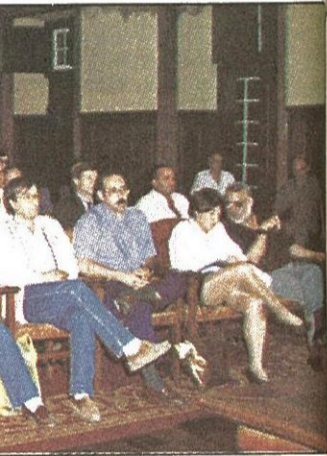
President

outro lado, fazer reflectir nas decisões que lhes competem, o sentir e a preocupação expressa dos outros Órgãos, forma de dar sentido às noções de diálogo e participação tantas vezes referidos.

Pelo lado da M.A.G.N., tentaremos cumprir o papel moderador, que consideramos competir à natureza deste Órgão, como forma de contribuir para a criação do ambiente propício à concretização dos objectivos referidos.

Como tarefa específica, a M.A.G.N. envidará todos os esforços para que a revisão estatutária esteja completa durante o presente mandato e, se tal se mostrar útil, como parece ser consensual dos debates já efectuados sobre a matéria, proceder à convocatória do próximo acto eleitoral ao abrigo do Estatuto já revisto.

Uma palavra final para expressar novamente o desejo de boa sorte, quantas vezes necessária, no desempenho das tarefas, para o qual, estamos certos, não faltará a boa vontade de todos.



Independência

andos

mandos 12, dedicou o CMDT a parte final do seu discurso, de que se salienta:

«... — Após um árduo e trabalhoso período de instrução, eis que finalmente estais na iminência de ter por concluído o vosso Curso de Comandos e, por conseguinte, o direito ao uso das insígnias próprias da especialidade...»

«... — O crachat e a boina vermelha que por direito próprio ireis passar a usar, não são meros adereços ou partes de um qualquer uniforme. Estes símbolos da especialidade «Comandos» representam uma diferente forma de estar na vida e uma postura perante as exigências, as solicitações e as necessidades das Forças Armadas, da Comunidade e da Pátria.

— São, em suma, alma e corpo de uma especialidade com identidade própria, nascida há 31 anos e em que durante cerca de 13 anos quase 9 500 comandos formados em Zemba ou em Lamego, na Quibala ou na Namaacha, passando por Luanda, Brá e Montepuez souberam, pela forma exemplar como actuaram nos diferentes teatros operacionais e como também alguns caíram no campo da honra, construir este valioso legado histórico que agora vos é confiado e a enorme responsabilidade que vos é transmitida, a de continuar a prestigiar e a dignificar as tropas «Comandos»...»

Após o desfile das Forças em Parada, a equipa de queda livre do RCMDS efectuou um salto a 5000 pés com uma aterragem impecável na Parada.

Uma vez mais o 29JUN constituiu um motivo e a razão para um encontro entre camaradas que desde há três décadas trilham o caminho da lealdade, camaradagem, espírito de sacrifício e de bem servir, atributos e apanágio da grande família Comando.

No histórico edifício da Câmara pelo Presidente da sua edilidade de Julho, a Direcção Central representada pelo Vice-Presidente a fim de serem abordados algumas relacionadas com a nova Sede e que têm que ver com a sua p o seu funcionamento futuro, p focado, de igual modo, possível autarquia lisbonense às actividades desenrolarão durante a «6.ª C sobre Legislação» da FMAC, cidade durante o mês de Março

Soubemos assim, por informação do próprio Dr. Jorge Sampaio, que se encontram removidos todos os obstáculos e tomadas todas as decisões, quer por parte da Câmara, quer da Assembleia Municipal, para que possa celebrar-se de imediato, dependendo da celeridade que ao facto possa dar o Gabinete respectivo, a escritura de cedência dos terrenos onde se encontra implantada a nova Sede. Indicou-nos, também, o ilustre

Mutilado

Em deslocação a Lisboa, onde reuniões de trabalho, os Presid António, Vice-Presidente, Mar e Secretário, Enoque Bernardo de Mutilados Militares da Guerra — AMMIGA, mantiveram em da Direcção Central da ADF dos serviços da Sede. A primeira iniciou-se ao final da manhã dos mencionados representantes entrevistaram na mesma o 1.º Se e os responsáveis do DASC e o Médico-Social e da Formação objectivo das abordagens, com no interesse comum do conhecimento das organizações. A AMMIGA de contactar uma instituição há quase duas décadas e nós, não satisfação, de colher exper recém-criada associação especial aos problemas dos deficientes

A AMMIGA, e isto recorda-nos o 14 de Maio de 1974, foi criada a 02 de Setembro de 1992, fruto do querer, da necessidade de afirmação na sociedade e de apresentação para resolução dos gravíssimos problemas com que se confrontam os deficientes militares angolanos. Esta jovem associação, articula-se ante o Gabinete do próprio Chefe de Estado daquele país irmão e do Ministério da Defesa, através da secção de deficientes do Gabinete Inter-Ministerial de Apoio Nacional aos Desmobilizados de Angola — GIANDA, encontrando-se actualmente em busca da mais funcional e equilibrada estrutura orgânica que lhe permita, logo que a situação no país se esclareça, a expansão em todo o território nacional, já que actualmente se encontra implantada somente na capital.

A AMMIGA, entendendo como profícuo o trabalho já desenvolvido pela Associação de Antigos Combatentes de Angola, nossa congénere na FMAC, creia mais vocacionada para o equacionamento dos problemas dos antigos combatentes na sua globalidade, nasceu assim da necessidade de organização dos deficientes militares, cujos pro-

DEITAM MÃO AO TRABALHO

Presidente da CML reúne com Direcção Central

No histórico edifício da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Presidente da sua edilidade, foi recebida, no dia 23 de Julho, a Direcção Central da ADFA, na ocasião representada pelo Vice-Presidente e 1.º Secretário, a fim de serem abordados alguns problemas e situações relacionadas com a nova Sede, agora em conclusão, e que têm que ver com a sua próxima inauguração, o seu funcionamento futuro, para além de se terem focado, de igual modo, possíveis apoios a prestar pela autarquia lisboense às actividades sociais que se desenrolarão durante a «6.ª Conferência Mundial sobre Legislação» da FMAC, que terá lugar na nossa cidade durante o mês de Março do próximo ano.

Soubemos assim, por informação do próprio Dr. Jorge Sampaio, que se encontram removidos todos os obstáculos e tomadas todas as decisões, quer por parte da Câmara, quer da Assembleia Municipal, para que possa celebrar-se de imediato, dependendo da celeridade que ao facto possa dar o Gabinete respectivo, a escritura de cedência dos terrenos onde se encontra implantada a nova Sede. Indicou-nos, também, o ilustre



Audiência ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

autarca que, pelo Pelouro próprio, já foram efectuados os trabalhos do levantamento topográfico para que possa arrancar a empreitada de construção da via de acesso exterior ao edifício, para que a mesma se encontre totalmente finalizada na altura prevista para a inauguração. A estas duas situações foi dada pelo Presidente da CML a máxima prioridade, indicando tudo ir fazer para que rapidamente ambas se concretizem.

Outras situações relacio-

nadas com a Sede foram abordadas entre os interlocutores, tendo sido prestada, pelo Dr. Jorge Sampaio, a máxima atenção às questões apresentadas, que garantiu ir acompanhar pessoalmente, tais como a possibilidade de instalação de painéis de publicidade na área da Sede, se possível, em regime de exclusividade, já que a sua rentabilização permitiria sobremaneira fazer face às despesas de manutenção da nossa futura casa. O apoio já oportunamente solicitado ao sector de jardinagem da autarquia, não só para implantação de alguma parte dos espaços verdes nos terrenos envolventes, tal como a sua futura manutenção, disponibilizando os nossos representantes os bons e privilegiados espaços de que a nova Sede dispõe para actividades culturais da cidade de Lisboa, situação esta que o Presidente da edilidade preferia ver primordialmente e em primeira instância tratado em contacto di-

recto com a Junta de Freguesia do Lumiar, em cuja área o edifício se situa.

Quanto ao possível apoio e

cunstâncias idênticas, a Câmara estará presente solicitando a tão rápida, quanto possível, apresentação do programa e



Estado actual das obras da Nova Sede

acompanhamento a prestar pela Câmara à realização da «6.ª Conferência Mundial sobre Legislação» da FMAC, foi manifestado o grande interesse que a mesma reveste, tendo garantido o Dr. Jorge Sampaio, toda a disponibilidade e profundo interesse da Câmara em prestar a colaboração que for solicitada e que, uma vez mais, com todo o gosto, tal como em cir-

das respectivas partes que a autarquia deva apoiar junto do seu próprio Gabinete.

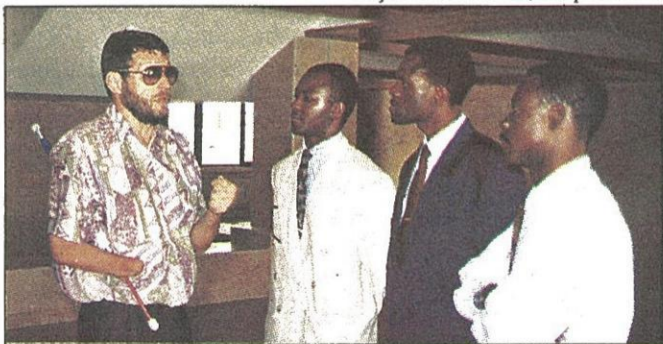
A audiência com o Presidente da CML pautou-se positivamente pela objectividade, eficácia e rapidez, ficando bem patenteado que, quando a missão é efectivamente executar, não é necessariamente a abundância de palavras que garante a firmeza do alcance dos objectivos.

Mutilados de guerra de Angola visitaram a ADFA

Em deslocação a Lisboa, onde mantiveram diversas reuniões de trabalho, os Presidente, Mateus Lopes António, Vice-Presidente, Manuel Elísio Neto, e Secretário, Enoque Bernardo, da Associação de Mutilados Militares da Guerra de Angola — AMMIGA, mantiveram encontros com elementos da Direcção Central da ADFA e responsáveis dos serviços da Sede. A primeira sessão de trabalhos, iniciou-se ao final da manhã do dia 23 e, além dos mencionados representantes da AMMIGA, entrevistaram na mesma o 1.º Secretário da DC e os responsáveis do DASC e os serviços de Apoio Médico-Social e da Formação Profissional. O primeiro objectivo das abordagens, como seria lógico, situou-se no interesse comum do conhecimento de cada uma das organizações. A AMMIGA, no intuito de contactar uma instituição congénere já implantada há quase duas décadas e nós, com interesse, porque não satisfação, de colher experiência de uma recém-criada associação especificamente dedicada aos problemas dos deficientes militares angolanos.

A AMMIGA, e isto recorda-nos o 14 de Maio de 1974, foi criada a 02 de Setembro de 1992, fruto do querer, da necessidade de afirmação na sociedade e de apresentação para resolução dos gravíssimos problemas com que se confrontam os deficientes militares angolanos. Esta jovem associação, articula-se ante o Gabinete do próprio Chefe de Estado daquele país irmão e do Ministério da Defesa, através da secção de deficientes do Gabinete Inter-Ministerial de Apoio Nacional aos Desmobilizados de Angola — GIANDA, encontrando-se actualmente em busca da mais funcional e equilibrada estrutura orgânica que lhe permita, logo que a situação no país se esclareça, a expansão em todo o território nacional, já que actualmente se encontra implantada somente na capital.

A AMMIGA, entendendo como profícuo o trabalho já desenvolvido pela Associação de Antigos Combatentes de Angola, nossa congénere na FMAC, cria mais vocacionada para o equacionamento dos problemas dos antigos combatentes na sua globalidade, nasceu assim da necessidade de organização dos deficientes militares, cujos pro-



Durante a visita à Nova Sede

blemas específicos necessitam, sem dúvida, do tratamento e acompanhamento próprios e específicos.

Neste momento, encontram-se referenciados entre 55 000 e 60 000 deficientes militares, não havendo ainda possibilidade de um levantamento sério e exaustivo, a nível nacional, do seu real número, pelas dificuldades, de deslocação no país e desconhecimento de quantos deficientes existem nas Forças Militares da UNITA. A organização angolana, embora de posse de alguns meios materiais, sente acrescidas dificuldades por falta de quadros associativos e de uma eficaz estrutura administrativa que ponham em prática ideias, objectivos e pro-

jectos dos seus dirigentes. A ADFA, salientando não pretender portar o seu modelo, foi narrando a sua experiência, a forma como foi possível transpor alguns problemas com que se debatem os companheiros angolanos, salvaguardando-se sempre a diferença de realidades, embora sempre dispostos a ajudar e cooperar nas áreas entendidas como úteis. Falou-se na nossa experiência internacional, a nível da FMAC, e os frutos que daí temos colhido pelo conhecimento também das realidades de outros ex-combatentes e deficientes que, antes de nós, enfrentaram dificuldades idênticas, realçando-se, sobremaneira, o interesse que trará, para o nosso país e para os nossos deficientes, a realização em Lisboa, no próximo

mês de Março, da «6.ª Conferência Mundial sobre Legislação». Realçado, também, o papel que cabe ao nosso tipo de organizações, na missão inalienável de alterar as mentalidades da sociedade perante a forma como deve ver e entender o deficiente, garantindo a nossa postura e verticalidade ao reivindicar o reconhecimento à dignidade daqueles que se bateram pelo seu país, o que se traduz desde compensações morais e económicas a outros direitos, como por exemplo o reconhecimento colectivo da nossa capacidade de nos organizarmos, como se constata pelos apoios recebidos pela ADFA da autarquia e Governo que nos permitem

agora ir inaugurar uma Sede nova, sem quaisquer tipo de barreiras, construída à nossa medida e segundo a nossa forma de estar.

Os nossos companheiros, conhecedores da missão em que a ADFA se integraria, e organizada pela ONU com a participação da FMAC, que já deveria ter-se deslocado a Angola para o equacionamento dos problemas reais dos deficientes militares do seu país, reputaram de primordial interesse para a consecução dos seus objectivos, a concretização de tal tarefa, sobretudo por integrar a nossa Associação, não devendo confundir tal labor, na sua opinião, com intercâmbio e cooperação bilateral que poderíamos para já idealizar e realizar, no que se refere a Formação Profissional, à troca de conhecimentos da área jurídica e estruturação associativa, administrativa e até financeira.

Os três elementos da AMMIGA almoçaram nas instalações da ADFA, na sexta-feira dia 23, acompanhados de um elemento da DC e de responsáveis de serviços da ADFA, convivendo e estreitando laços de amizade entre uns e outros.

Durante a tarde do mesmo dia, visitaram os serviços da nossa Associação e aproveitaram para recolher o máximo sobre a experiência associativa que a ADFA possui, designadamente nos aspectos administrativos, de legislação e de dinamização associativa.

Da parte dos nossos «amigos» angolanos, foi manifestado o maior interesse por todos os detalhes, realçando uma enorme vontade de aproveitar mesmo os pormenores mais ínfimos, demonstrando um desejo de conhecer pouco usual, tendo em vista colher experiências que ajudem à dinamização da sua própria associação.

Por parte da ADFA foi, fraternalmente, prestado o maior número possível de informações, tendo os nossos convidados, inclusivamente, assistido a uma aula do Curso de Técnicos-Administrativos, ministrado pela Dr.ª Justina, e

visitado demoradamente todos os serviços.

Verificando-se a exiguidade de tempo na tarde de sexta, a visita de trabalho prolongou-se pela tarde de segunda-feira, fazendo-se jus à simpatia e hospitalidade, já apanágios da ADFA.

O Presidente da Direcção Central recebeu os nossos convidados ao meio-dia de terça-feira, tendo-os acompanhado numa visita às instalações da nova Sede, culminando o encontro com um almoço oferecido pela nossa Associação.

Foram manifestadas as preocupações mais prementes da AMMIGA e estabelecidas ide-

Estes riquíssimos três dias de encontros e troca de conhecimentos, afloraram-nos e demonstraram-nos reais formas idênticas de encarar os objectivos que as duas associações prosseguem. Os nossos amigos partiram, ávidos de intercâmbios de experiências, conhecimentos e cooperação, manifestando desejo, tão intenso como o nosso, de estar presentes na inauguração da nova Sede e de, como observadores, acompanhar os trabalhos da «6.ª Conferência Mundial sobre Legislação» da FMAC.

A AMMIGA e a ADFA, no abraço dado, sentiram o pulsar do coração dos seus as-



Sessão de trabalho no Palácio da Independência

as-base sobre vários pontos de possível cooperação entre a ADFA e a AMMIGA, que irão ser estudados pelos Órgãos Associativos competentes, no sentido da sua implementação.

sociados. Companheiros deficientes militares angolanos temos objectivos comuns, demo-nos as mãos.

**Estamos convosco!
Estejam connosco!**

ENCONTRO INTER-ASSOCIAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA PESSOA DEFICIENTE

Nos dias 2, 3 e 4 de Julho, em boa hora levou a efeito a Câmara Municipal da Amadora um encontro interassociações para a promoção da pessoa deficiente, em especial naquele Concelho, com um conjunto de realizações e actividades que mantiveram em acção cidadãos deficientes, responsáveis associativos da respectiva área e técnicos de reabilitação. No auditório daquela autarquia, teve lugar a sessão de abertura pelas 21.00 h do dia 2, com a exibição de um filme alusivo à problemática da deficiência, seguido de um debate com a participação, por parte do SNR, da Dr.^a Oriana Lourenço, e da parte da APD do Eng.^o Carretas. O debate que se seguiu foi aberto com uma intervenção do vereador do pelouro de Acção Social, António Mira, que agradeceu a presença das associações, dando realce muito especial ao representante da ADAFA, na pessoa do presidente da Direcção Central, seguindo-se animadíssima troca de ideias e opiniões que se prolongaram noite fora. No dia 3, pela manhã, no Polidesportivo Parque Central, daquela cidade, decorreram actividades desportivas, nomeadamente, torneio de futebol de 5 silencioso, torneio de basquetebol em cadeira de rodas, torneio de dominó, damas e xadrez, havendo também animação ao ar livre, atelier de pintura, desenho e moldagem. Nesse mesmo dia, já pela tarde, no citado auditório, houve um debate sobre educação, formação profissional e emprego, com a participação da Dr.^a Manuela Carreira do IEF, a Dr.^a Adelaide Alves, do DREL, e o Dr. Carlos Escada, do CFP — Venda Nova, e técnicos das equipas de ensino especial da Amadora. Na tarde do dia 4 houve animação cultural com intervenções do Grupo de Teatro da Associação Cultural de Surdos-Mudos e do Grupo de Dança da Crinabel, vivamente aplaudidos pela assistência. A terminar a sessão e antes do lanche-convívio, aquele Vereador dirigiu algumas palavras aos presentes, indicando a sua agradável e positiva surpresa pela adesão que não esperara tão forte e intensa, quer de técnicos quer de pessoas disponíveis a esta chamada da autarquia, pela nossa parte dizemos, foi o pontapé de saída, o jogo deve continuar? Sem dúvida e sobremaneira cabe às entidades locais a sensibilização das suas populações para o direito que a todos assiste de se integrarem em plenitude na Comunidade. A organização destas jornadas, e em primeira instância, a Câmara da Amadora, estão de parabéns, a mensagem deve ser percebida, o deficiente tem o direito a participar, tem direito a trabalhar, tem direito a intervir, em suma, tem direito à felicidade.

O Encontro Interassociações para a Promoção da Pessoa Deficiente, teve como objectivos:

— Promover o convívio e facilitar a comunicação interassociações e entre deficientes do concelho

— Ser um espaço de diálogo e reflexão, com a perspectiva de melhorar as respostas nesta área, no concelho

— Sensibilizar a comunidade e a opinião pública para os problemas da pessoa deficiente

— Dar a conhecer o trabalho das Associações de Deficientes do Concelho.

Passaram-se dois pequenos filmes alusivos à problemática da deficiência — «Emerging» e «O valor de uma medalha», aos quais se seguiu o debate, orientado pelo Eng. Franco Carretas, da APD — Associação Portuguesa de Deficientes — e pela Dra. Oreana Lourenço do SNR — Secretariado Nacional de Reabilitação.

Participaram nesta sessão cerca de 80 pessoas, salientando-se a presença de diversas entidades e associações, de entre as quais:

— CRSS — Delegação da Amadora

— C. Saúde Reboleira

— Centro de Recursos Educativos

— Juntas de freguesia

— UCNOD

— ADAFA

— Assoc. Doentes Renais

— AFIDE

— UGT

— CERCIZIMBRA

O debate foi muito vivo, com bastantes intervenções, em que se abordaram vários aspectos desta problemática, tais como:

— A mobilidade e acessibilidade e a necessidade de eliminar barreiras arquitectónicas e de aumentar o número de transportes adaptados a deficientes

— A importância da família no processo de realização

e a necessidade desta ser mais aprovada

— A reabilitação como um processo que deve envolver toda a comunidade

— A necessidade de sensibilizar a opinião pública para esta problemática com iniciativas deste tipo

A necessidade de uma verdadeira política de reabilitação, por parte do poder central, nomeadamente com a regulamentação de algumas leis, caso da Lei 9/89.

Foi ainda sugerido:

— A implementação do Dia Mundial do Deficiente e

Participaram ainda nos Jogos de Mesa um elemento da Secção de Damas da Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora e um elemento da secção de Xadrez da Associação Académica da Amadora.

Realizaram-se ainda, de manhã, no Parque Central, actividades de pintura, desenho e moldagem dirigidas essencialmente às crianças e jovens da Cerciama e Amadora, que foram bastante participadas.

Devido ao apoio, por parte de Juntas de Freguesia e

potencialidades físicas e intelectuais

— a ajuda na aquisição da estabilidade emocional

— o desenvolvimento das possibilidades de comunicação

— a redução das limitações provocadas pela deficiência

— o apoio na inserção familiar, social e escolar

— a preparação para a vida activa

e salientando a perspectiva de integração no sistema regular, só transitando para o ensino especial os casos em que é totalmente impossível a integração.

— Dra. Manuela Carreira do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que abordou as respostas do IEF sobre formação profissional e emprego, nomeadamente:

• programa de apoios à contratação de pessoas deficientes no mercado de trabalho

• programa Horizon, que pretende responder a carências no âmbito da formação e integração socioprofissional das pessoas deficientes e de grupos desfavorecidos focando como objectivo central — proporcionar às pessoas deficientes, meios que facilitem a sua integração no mercado normal de trabalho por forma a que obtenham independência económica e cumpram um papel social idêntico aos dos outros cidadãos

• Dr. Carlos Escada, do Centro de Formação Profissional e Artes Gráficas da Venda Nova, que falou da história e funcionamento do Centro de Formação que tem no seu quadro de pessoal muitas pessoas com deficiência.

Neste debate estiveram presentes cerca de 40 pessoas, que questionaram bastante os oradores, o que tornou a sessão mais rica.

As intervenções referiram muito a distância entre as filosofias dos programas apre-



a necessidade de pressionar o Ministério das Obras Públicas para a publicação do RGEU — Regulamento das Edificações Urbanas.

Dia 3/7 — Manhã

Realizaram-se no Parque Central diversas actividades desportivas:

— Torneio de Futebol 5 Silencioso

— Torneio de Basquetebol em Cadeira de Rodas

— Torneios de Dominó, Damas e Xadrez

Estas actividades, envolveram cerca de 70 participantes, havendo também um número significativo de pessoas a assistir, em especial no basquetebol.

algumas empresas foi possível distribuir prémios e lembranças a todos os participantes nestas actividades.

Dia 3/7 — Tarde:

Efectuou-se no auditório da C.M.A. o debate sobre «Educação, formação profissional e emprego», com a participação de:

— Dra. Adelaide Alves, do Departamento de Educação Básica — Núcleo de Orientação Educativa e Educação Especial, que fez uma comunicação sobre a reforma do sistema educativo, no que respeita à educação especial, referindo como princípios:

— o desenvolvimento das

sentados e a realidade existente, quer ao nível da educação, quer do emprego e da reabilitação em geral.

Dia 4/7 — Tarde:

O encontro interassociações para a Promoção da Pessoa Deficiente encerrou com animação cultural, no auditório municipal, em que actuaram:

— Grupo de Teatro da Associação Cultural de Surdos-Mudos da Amadora

— Grupo de Dança da CRINABEL

Seguiu-se um lanche-convívio.

Participaram nesta sessão mais de 150 pessoas.

A CERCIAMA

Das diversas entidades participantes consideramos oportuno, por razões que nos parecem ser óbvias, dar a conhecer as actividades da Cooperativa de Educação de Crianças Inadaptadas da Amadora, CRL. O texto que se segue foi-nos gentilmente cedido por esta organização.

A CERCIAMA, tal como as outras Cercis, é uma cooperativa de ensino que apoia crianças e jovens com necessidades educativas especiais de modo a promover a autonomia pessoal e a integração social dos seus utentes.

Esta instituição nasceu da necessidade sentida pelos pais das crianças deficientes mentais do concelho da Amadora de uma educação digna para os seus filhos, a que também têm direito, pois não existiam na altura (nem hoje) outras estruturas que a proporcionassem.

Assim, foi criada em 1976, mas só passou a funcionar efectivamente em 1984.

O espaço tem sido sempre um dos grandes problemas da cooperativa. De momento, trabalhamos em dois centros de apoio (um na freguesia da Mina e outro na freguesia da Brandoa, este integrado num Atelier de Tempos Livres da Câmara Municipal da Amadora).

Contudo, já conseguimos que a Câmara Municipal nos cedesse um terreno (na freguesia da Venteira) e nos elaborasse o projecto para um novo centro que, este sim, se prevê dar resposta às necessidades da população do concelho da Amadora, pois, para além de actividades educativas para crianças, prevê o atendimento de jovens adultos num Centro de Actividades Ocupacionais e em Formação Profissional, valências de que actualmente não dispomos. Contemplará também um pequeno lar para casos especiais. Estamos neste momento na fase de angariação de fundos para a sua construção que se julga para breve.

Actualmente a instituição dá apoio a 25 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 3 e os 24 anos. Prestamos também apoio de Psicologia e Terapia da Fala a crianças das Equipas de Educação Especial da Amadora, mediante acordo efectuado há já alguns anos atrás.

Para desenvolvermos o nosso trabalho dispomos de uma equipa técnica constituída por educadoras, professores de educação física, Terapeuta da Fala, Psicóloga e auxiliares pedagógicas do ensino especial. Dispomos também do serviço de uma cozinheira, de um motorista e de um técnico administrativo.

Alguns destes funcionários são destacados pelo Ministério da Educação, mas 10 são contratados pela CERCIAMA. A Cerci suporta integralmente os ordenados de 5 destes funcionários (os outros 5 são, em parte, comparticipados pelo Ministério da Educação).

Além do apoio psicopedagógico prestado aos seus utentes, a Instituição também lhe tem oferecido o transporte e a alimentação, que não são incluídos na mensalidade por eles paga.

O nosso trabalho só tem sido possível graças a verbas que provêm, além das mensalidades dos utentes e quotas de sócios, de subsídios das autarquias, ministérios e Governo Civil de Lisboa e ainda da Campanha, do Pirlampo Mágico (sem a qual não sobreviveríamos), do Vidrão e de donativos de particulares e algumas entidades.

A Coordenadora Pedagógica
Benedita Lima

CAMPEONATO NACIONAL DE ATLETISMO PARA DEFICIENTES MOTORES E VISUAIS

Realizou-se no Estádio José Alvalade, em Lisboa, o Campeonato Nacional de Atletismo para Deficientes Motores e Visuais, organizado pela Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes com o apoio logístico da Escola Prática de Administração Militar (EPAM) e da cedência das instalações desportivas do Sporting Clube de Portugal.

Este campeonato insere-se no quadro de actividades da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes para o ano de 1992/93. É actualmente o maior evento desportivo de âmbito nacional.

Os resultados obtidos foram satisfatórios, mas muito trabalho há a realizar e muitos apoios serão necessários para que os nossos atletas possam competir com dignidade em competições internacionais.

Destacamos os seguintes resultados na área motora:

Disco (classe C7) — Hélder Bruno APPC Sul — 17,24m
Dardo (classe F6) — Fernando Silva da GAOCMR Alcoitão, com 21,02m

Peso (classe A4) — Orlando Reis APD Lisboa — 10,00m
10 000 (classe T3) — Manuel Sousa APD Marinha Grande — 32439 seg.

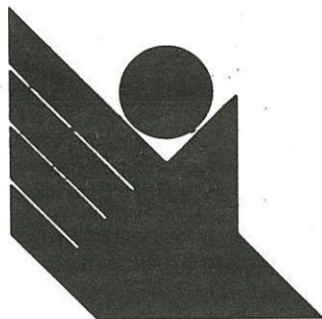
1500 (classe T4) — Eduardo Bacalhau APD Lisboa — 5'04"
200 (classe C6) — José Cruz — Futebol Clube do Porto — 33
Distância (classe C1) — Carlos Carapinha — CN Belmar Costa, Oeiras — 8,24m

Distância Fem. (classe C1) — Elisa Seixeiro — Associação Académica de Coimbra — 3,76m

100m Fem. (classe C) — Maria Cabral (Ind.) — 16,02s

100m Fem. (classe T3) — Filomena Ferro — APD Sintra — 33s

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA



«A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO NOVO PARADIGMA TÉCNICO-ECONÓMICO»

A reabilitação profissional foi encarada ao longo dos anos como um subsistema da formação profissional com um estatuto desfavorecido, e perspectivada como uma estratégia eminentemente social e não também socio económica, isto é, como estratégia de desenvolvimento pessoal e de rentabilização do valor económico da capacidade de trabalho da população em causa. Todavia, a evolução social e política, e a vontade de algumas pessoas, tem conduzido a um repensar do problema e a considerá-lo como algo que deve ser perspectivado no quadro mais amplo das transformações socio económicas, e das consequências destas no sistema de formação profissional. Sem este esforço de normalização e de emancipação do problema, ficarão afectados todos os desenvolvimentos e inovações que se pretendam introduzir, e afectada a eficácia do trabalho nesta área.

Caracterização do mercado de emprego

A política de formação profissional, independentemente dos seus destinatários específicos, deverá basear-se e estar intimamente articulada com o mercado de emprego, sob pena de, se não o fizer, se transformar em algo que gira em torno de si mesma e não produz os efeitos positivos desejados.

Com a 3ª revolução industrial assistiu-se à emergência de um novo paradigma técnico-económico, dominado pelas tecnologias da informação, com características peculiares:

- mais flexível que o anterior;
- com uma nova organização do trabalho e da produção: níveis superiores de integração;
- utilizando tecnologias mais complexas;
- com encurtamento dos ritmos, dos ciclos de inovação;

• suscitando problemas sérios de compatibilidade e adaptação humana aos novos equipamentos.

O processo de produção em massa — Taylorista — está a dar lugar ao processo de produção flexível — post-taylorista.

Estas transformações determinam perfis profissionais completamente novos, ditando a falência do império do saber-fazer.

O profissional não já mais um autómato, executante de uma tarefa única, repetitiva, individual, isolada. É o fim do trabalho em série.

Constituem hoje linhas de

força dos perfis profissionais, para além do saber-fazer:

- capacidade de comunicar;
- capacidade de vivência em grupo;
- multivalência — diferentes tarefas dentro da mesma função;
- polivalência — capacidade de mudar de funções;
- sentido de responsabilidade;
- capacidade de responder à complexidade.

Segundo estudos efectuados junto de empregados ingleses e americanos, há três aspectos particularmente valorizados no perfil de competências:

- sentido de responsabilidade;
- competências de comunicação;
- criatividade.

Estas novas exigências pressupõem um nível de competências mais elevado:

- no plano educativo;
- no plano cultural;
- no plano profissional.

Consequências do sistema de formação profissional

As transformações no aparelho produtivo e as novas qualificações por ele exigidas, colocam o problema da definição de um paradigma de formação profissional capaz de servir as necessidades do mercado de emprego.

Sendo consensual a necessidade de três componentes no sistema de formação — a cultural, a técnica e a prática — outro tanto não acontece quanto à ponderação do peso específico de cada uma delas, constituindo mesmo a questão fulcral a articulação das três componentes.

O que surge como absolutamente inquestionável é a necessidade de formação profissional, como estratégia fundamental de acesso ao emprego estável e competitivo, no quadro do mercado de emprego actual.

A produção de competências profissionais não pode também ser entendida como objectivo exclusivo do sistema de formação profissional, em sentido estrito, mas sim como algo que começa na escola, para não dizer mesmo na família, e prolonga-se por toda a vida afectiva.

A formação deve ser encarada como um investimento:

- para os indivíduos;
- para as empresas;
- para a economia;
- para a sociedade.

Uma das linhas estratégicas da mudança passa pela participação plena de novos actores da formação, assumindo responsabilidades no processo de definição e de gestão da política de formação.

Constituem actores fundamentais:

- gestores e conceptores da formação;
- gestores da orientação;
- empresas;
- decisores políticos.

Esta nova dinâmica, favorece uma descentralização da decisão da área da formação e do emprego, desejável em termos de auto-regulação do sistema.

Os tradicionais processos de planificação duradoura da formação, são agora incompatíveis com a velocidade das mudanças económicas e tecnológicas. A formação profissional é atribuído um desafio novo e estimulante; antecipar e preparar as alterações do

sistema produtivo, isto é, fazer a gestão previsionial das qualificações/profissões.

Em termos de condicionantes estruturais e estruturantes da formação profissional, é importante analisar o mercado de emprego em Portugal. Em linhas gerais, três aspectos caracterizam a evolução do emprego na indústria portuguesa:

- reduzido sector electrónico e outros da 3ª vaga;
- grande expansão do têxtil/couro — com baixa produtividade e salários — crise!
- grandes dificuldades nos sectores mais qualificados, que são o coração da indústria portuguesa, fenómeno aliás comum ao sector dos serviços.

Há ainda um outro fenómeno curioso que importa registar, uma vez que interfere decisivamente com o nosso problema. A par do crescimento do emprego industrial possível ainda em Portugal, nomeadamente na área da electrónica onde estamos menos desenvolvidos, assiste-se já aos efeitos da terceira vaga ao nível do emprego.

O desenvolvimento tecnológico, a robotização, vai diminuindo o volume de emprego e exige um nível de qualificação muito elevado.

Neste contexto, que fazer com os grupos desfavorecidos no acesso ao emprego?

Haverá emprego para todos?

Consequências ao nível do subsistema de reabilitação profissional

Voltámos assim ao nosso problema: a formação profissional e o emprego das pessoas deficientes.

Retomando uma tese fundamental apresentada no início, por paradoxal e angustiante que pareça, a questão da formação e do emprego das pessoas deficientes deve ser perspectivada no contexto global da economia, do mercado de emprego e do sistema de formação profissional nacional, porque é nele que se integra e é no seu contexto que terão de se encontrar as soluções. Nenhuma estratégia será realista e eficaz se não se apoiar no quadro global em que se insere.

As dificuldades de resolução do problema da formação e do emprego das pessoas deficientes, no contexto referido, ressaltam de imediato, e em contornos bem definidos:

- baixo nível de escolaridade médio;
- características de personalidade nada consentâneas;
- nível de experiências pessoais reduzido e nada diversificado;
- outros aspectos.

Tais dificuldades não são intransponíveis, em termos globais. O know-how e a tec-

nologia disponíveis permitem hoje resolver boa parte do problema, se utilizados com competência.

É evidente que há uma parte que não se resolve e é preciso ter o bom senso de aceitar sem hesitação que algumas pessoas com deficiência não têm acesso ao mundo do trabalho — do mesmo modo aliás que outros —, o que implica o desenvolvimento de programas alternativos.

Todavia, a definição de perfis de empregabilidade não poderá basear-se nos critérios tradicionais da tentativa junto das soluções de emprego estandardizadas.

Se à formação o grande desafio que se coloca é o de saber gerir a inovação, para a reabilitação profissional esse desafio surge como estratégia vital não só para a qualidade das formações mas, sobretudo, para a possibilidade das integrações.

A par da procura de perfis profissionais inovadores e adaptados, é necessário estruturar a formação profissional de pessoas deficientes integrando outras componentes para além da formação técnica, que contribuam para ultrapassar as dificuldades de base nos planos social, psicológico, pedagógico e físico-funcional.

Inovar em reabilitação profissional

A chave do sucesso, no contexto atrás exposto, está na gestão da inovação e da tecnologia, através de um esforço de inovação ao nível da formação. Em termos de reabilitação profissional, a inovação significa um movimento de procura da melhor compatibilização entre o problema a resolver e o quadro de possibilidades da sua resolução, isto é, entre as pessoas com deficiência e o mercado de emprego, com a consciência de que as soluções estandardizadas disponíveis não são as únicas possíveis.

A este nível constituem critérios de eficácia, critérios de inovação:

- a escolha das áreas e perfis profissionais;
- a escolha de metodologias, currículos e outros recursos de formação;
- a qualidade da intervenção de todos os actores da formação;
- a formação de gestão da entidade formadora.

A reabilitação profissional no Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

A política de formação do CRPG emana do quadro de preocupações apresentado e parte de um pressuposto fundamental: é possível trabalhar com sucesso o problema da integração das pessoas com deficiência na vida activa. Existem recursos, em termos de saber e em termos de tecnologia, que permitem o sucesso, quando devidamente utilizados.

Algumas linhas de força da política de formação do Centro:

- todas as sinergias e esforço financeiro implicados constituem um investimento e não um custo improdutivo;
- a formação pretende a valorização das características específicas do indivíduo, capitalizando as suas experiências em função das neces-

sidades do mercado de emprego;

• a valorização global das potencialidades implica uma integração de respostas para o trabalho articulado dos planos social, psicológico, pedagógico e físico-funcional;

- 4 programas:
 - Avaliação/Orientação
 - Reabilitação Funcional
 - Formação Profissional
 - Engenharia de Reabilitação

• aposta forte nas áreas ocupacionais e em perfis profissionais inovadores, criadores de alguma vantagem sobre a população em geral;

• utilização das novas tecnologias como instrumento e objecto de formação;

• recurso a metodologias de formação que tomem o indivíduo como centro do processo, valorizando os seus ritmos e potenciais — a modularização e individualização da formação;

• alternância da formação em centro e em posto de trabalho — 40 a 50 por cento do tempo de formação;

• em projecto — a formação contínua, a formação à distância.

Em termos estratégicos, o CRPG estrutura o seu trabalho em torno de dois eixos fundamentais:

• a execução dos programas, utilizando as soluções e recursos disponíveis;

• a investigação permanente visando dotar o Centro das soluções, metodologias e recursos mais adequados à prossecução dos seus objectivos com eficácia sempre acrescida.

No domínio da formação profissional — porque há outros projectos noutros domínios, o Centro tem em curso dois projectos fundamentais para adequar a formação ao quadro de princípios e objectivos apresentado:

- o projecto MODEMA;
- o projecto de criação de uma Unidade de Engenharia de Formação;
- a candidatura ao Programa FORCE.

Jerónimo de Sousa

PROJECTO FULCRUM

Realizou-se no dia 20 de Julho de 1993 a Reunião de lançamento do Projecto Europeu FULCRUM — Sistema Integrado de Avaliação Funcional para a Reabilitação dos Membros Inferiores.

Este projecto permite resolver os problemas existentes na produção de próteses e ortóteses para os membros inferiores, desde a fase de preparação do membro até à colocação e treino da prótese ou ortótese.

Alguns dos problemas que se pretendem solucionar são:

- A ausência de preparação do membro para a utilização da prótese
- A falta de qualidade dos materiais utilizados
- A má produção de próteses e ortóteses
- O deficiente alinhamento das próteses,

todos estes responsáveis pelo facto de muitos deficientes motores não utilizarem as próteses que compraram por não se adaptarem a elas.

Ao participar neste projecto, o CRPG pretendeu evitar esta situação e garantir uma melhoria da qualidade na Reabilitação.

Plano de Formação 1994

CURSOS	N.º de Formandos	CURSOS	N.º de Formandos
Operador de Escritório Electrónico	50	Criação e Desenvolvimento de Auto-Emprego	20
Técnico Administrativo	15	Bordador de Tapete de Arraiolos	13
Electricista	12	Tecelão Manual	7
Electromecânico	10	Costureira	10
Técnico de Electrónica	10	Carpinteiro de Limpos	7
Técnico de Desenho Assistido p/ Computador	10	Serralheiro	10
Técnico de Edição Assistida por Computador	10	Estofador	9
Readaptação ao Trabalho	45	Auxiliar de Serviços de Limpeza e Restauração	15

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 1 de Junho 93

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
CLIO-WIND	1.186.673.00	1.714.823.00
CLIO-RN-1.2	1.350.662.00	1.905.051.00
CLIO-RT-1.2	1.499.510.00	2.077.714.00
CLIO-RT-1.4	1.590.318.00	2.427.791.00
CLIO-S-1.4	1.533.708.00	2.362.123.00
CLIO TRI-1.4	1.613.828.00	2.455.062.00
CLIO-BACCARA	2.159.097.00	3.087.574.00

MODELO -5-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
CLIO-WIND	1.250.711.00	1.789.107.00
CLIO-RN-1.2	1.415.567.00	1.980.340.00
CLIO-RT-1.2	1.562.919.00	2.151.269.00
CLIO-RT-1.4	1.653.100.00	2.500.618.00
CLIO-BACCARA	2.223.436.00	3.162.208.00
CLIO-RT-1.9 Diesel	1.847.421.00	3.801.955.00

RENAULT-19-TRICORP.-4-PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORP.	P.BASE	P.V.P.
R-19-RL-1.2	1.720.100.00	2.339.080.00
R-19-RN-1.2	1.797.562.00	2.428.936.00
R-19-RN-1.4	1.828.033.00	2.709.021.00
R-19-S-1.4	1.882.601.00	2.772.320.00
R-19-RT-1.4	2.063.258.00	2.981.882.00
R-19-RTI-1.4	2.218.306.00	3.161.738.00
R-19-RT-T.Diesel	2.206.607.00	4.224.091.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXAS AUTOMÁTICAS	P.BASE	P.V.P.
RENAULT-19-RN-1.4	1.997.655.00	2.905.783.00
RENAULT-19-RT-1.4	2.232.880.00	3.178.644.00
CLIO-RT-1.4-3-P.	1.777.432.00	2.644.843.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	1.840.214.00	2.717.670.00
CLIO-BACCARA-3-P.	2.346.211.00	3.304.627.00
CLIO-BACCARA-5-P.	2.410.550.00	3.379.260.00

RENAULT TWINGO	P.BASE	P.V.P.
	1.105.074.00	1.661.265.00

DESCONTOS AOS SÓCIOS

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

DESCONTOS AOS SÓCIOS

Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (Telef.: 443 19 51)
STAND: Telef.: 856 14 00
Fax: 856 14 80

Delegado de vendas: Bernardes

RENAULT

AOS MILITARES E FUNC. DAS INST. MILITARES

VENDAS DE VIATURAS RENAULT DESCONTOS ESPECIAIS

Renault Portuguesa, S.A.

Contacto
Deleg. de Vendas — Bernardes
Stand: Telef: 856 14 00 Fax 856 14 80
Resid.: Telef: 443 19 51 (depois das 19.00h)

ESCREVEM OS SÓCIOS...

Por absoluta falta de espaço, não nos foi possível publicar os artigos que nos foram enviados no mês de Junho, é com todo o gosto que os publicamos este mês.

O muro da vergonha da irrealdade — a imoralidade do poder e a aberração da vontade.

Para já, é importante fazer uma referência e sublinhar os textos que referem a nossa existência!

Tenta-se uma transparência do que somos, da nossa actual realidade e do que queremos atingir. Como não somos mortos-vivos, cremos na nossa capacidade, inteligência, imaginação, e criatividade.

Aplicamos os meios que sabemos e podemos utilizar, o ensino que nos foi dado, a cultura que obtive-

mos, as tradições seculares que nos transmitiram e o limar da inteligência, também criativa, que trabalhada possa ser um dos impulsos de uma nova consciência universal.

Se a irrealdade, a imoralidade do poder e a aberração da vontade são a existência de todos nós, é fundamental referir que a irrealdade se traduz num esquecimento passado através de um duro economicismo, a imoralidade é a insensibilidade e a aberração da vontade corresponde a um ídolo de pés-de-barro. Pergunta-se para onde caminha a realidade desta sociedade.

A — O MURO DA VERGONHA DA IRREALIDADE

A temática da reabilitação e integração das pesso-

as com deficiência está em contradição com o intrínseco reconhecimento público, das nossas vivências quotidianas, apetências sociais, profissionais e familiares.

Nos últimos anos sentiu-se, viveu-se e participou numa clausura e apagamento gradual da nossa «virilidade», que nada nos valorizaram ao longo dos tempos, esquecendo os textos legais vigentes, limitando e ferindo a nossa capacidade individual.

Este é um choque global vivido actualmente na condução das estruturas nacionais, na sociedade e lamentavelmente pela actuação dos «mass-media»

É claro que não estamos isentos de culpas.

O pecado eterno do nosso associativismo é só termos parcialmente apregoados as nossas razões. Esta é uma situação que de verdade se deveria seguir.

O hermetismo não pode nem deve contemplar um figurino vitalício da ADFA. Uma séria consciência associativa simboliza o nosso próprio ritual, deveras fundamental na forma de Pensar e Agir, que poderá vir a integrar no todo o dinamismo interno, bem como o apoio claro aos cidadãos deficientes.

A nossa valorização, não pode, nem deve, afastar-se das condições necessárias àquela manifestação, mas aproxima-se dessa base fundamentalmente dentro de posicionamento Humanista e Universal.

A comunidade portuguesa possui um comodismo factual e altamente individualista, que sendo um mal secular transmitido pelas gerações, envergonha as nossas deficiências, os nossos engenhos e o nosso futuro.

Queremos «dar a volta por cima». Não é por uma

fórmula teórica e actual que seja colocá-los numa situação imperativa, numa forma caritativa, hipócrita e depreciativa de nos olharem!

Fazemos parte deste povo, orgulhamo-nos e queremos continuar a integrá-lo.

Para já a terminologia de «desvalidos», «indigentes», «mutilados», «desprotegidos», etc., no confronto com um dicionário do século XIX e XX credita-se nas situações do passado, que hoje estão ultrapassadas vocabulariamente, mas que existem na mentalidade da nossa vivência quotidiana.

B — A IMORALIDADE DO PODER

A reabilitação e integração socioprofissional das pessoas com deficiência alimentou-se nos últimos anos pela existência de um figurino dinâmico, um poder desfigurado, mascarado numa vontade própria que não

são as necessidades vitais de uma minoria social existente.

A mistificação de quando a ADFA aceita em silêncio que o Governo através do SNR «castigue» a generalidade dos deficientes e das suas associações representativas, com a criação de um «grupo de diálogo» extinguindo o Conselho Nacional de Reabilitação, então onde estará a nossa voz?

As associações dos deficientes teriam obrigatoriamente de desenvolver esforços comuns, na minha opinião, para que tal não se verificasse. A própria ADFA contemporizou com esta medida, adulterou os direitos dos deficientes. Pergunto se o poder instituído é responsável e será que também o espectro da associação está moribundo?

O misticismo da ADFA já não vive infelizmente dos nossos ideais. Transformou-se numa «Hidra de sete ca-



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900 Lisboa
Tels. (01) 856 14 00 Fax (01) 856 14 80

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	P.BASE	P. V.P.
POLO CL	1.512.128.00	1.993.156.00
POLO CL DIESEL	1.664.400.00	2.493.302.00
GOLF CL 1.4 2P	1.689.608.00	2.522.543.00
GOLF CL 1.4 4P	1.732.948.00	2.572.817.00
GOLF GTD 2P	2.848.281.00	5.030.600.00
GOLF GTD 4P	2.909.339.00	5.101.427.00
VENTO CL 1.4	1.961.988.00	2.838.504.00
VENTO GL 1.4	2.276.421.00	3.203.246.00
PASSAT TD ARRIVA	3.026.288.00	4.405.825.00
PASSAT TD ARRIVA +	3.372.664.00	4.807.621.00
PASSAT TD VAR ARRIVA	3.215.366.00	4.625.155.00
PASSAT TD VAR ARRIVA	3.601.704.00	5.073.308.00

AUTOMÓVEIS OPEL

CORSA	P.BASE	P. V.P.
SWING C1.2 3P	1.171.595.00	1.735.891.00
SWING C1.2 5P	1.223.319.00	1.795.890.00
SWING C1.5D 3P	1.433.063.00	2.407.890.00
SWING C1.5D 5P	1.484.787.00	2.467.890.00
ASTRA	P.BASE	P. V.P.
1.4SEGL 4P	1.772.610.00	2.661.890.00
1.4SEGL 5P	1.772.610.00	2.661.890.00
1.4SEGT 3P	1.973.478.00	2.894.890.00
1.7DRGL 4P	1.892.586.00	3.364.890.00
1.7DRGL 5P	1.892.586.00	3.364.890.00
1.7TDGT 3P	2.277.529.00	3.782.890.00
ASTRA CARAVAN	P.BASE	P. V.P.
1.7DR GL 5P	1.988.076.00	3.475.890.00
1.7TD GLS 5P	2.318.908.00	3.930.890.00
VECTRA	P.BASE	P. V.P.
1.7DR GL 4P	2.267.586.00	3.799.890.00
1.7DR GL 5P	2.267.586.00	3.732.850.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P.BASE	P. V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 386 348\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 575 348\$00
UNO 60 3P CAT.	1 211 519\$00	1 700 655\$00
UNO 60 5P CAT.	1 279 623\$00	1 779 655\$00
UNO Diesel 3P	1 345 936\$00	2 013 646\$00
UNO Diesel 5P	1 479 557\$00	2 168 646\$00
TIPO 1.400 S	1 588 306\$00	2 395 110\$00
TIPO 1.700 D	1 659 492\$00	3 061 456\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 579 896\$00
TEMPRA 1.4 SW	1 783 252\$00	2 621 247\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.
Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.
Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Finalmente as obras estão prontas!

O alcatroamento dos arruamentos internos foi efectuado durante a semana passada. As últimas limpezas estão a ser efectuadas mas até já existem casas de banho a funcionar.

Aqui em segredo vamos confidenciar aos nossos leitores que uma das reuniões que tivemos de efectuar foi já na nossa Nova Sede.

Aproveitámos para vasculhar e de repente demo-nos conta que as traseiras da nossa casa dão para um aprazível jardim dum velho convento. Rezaremos a todos os santos que ele por lá se mantenha por muitos anos para regalo dos nossos olhos.

Com esta lenga-lenga já nos esquecíamos de relembrar que agora só falta o recheio!



RELAÇÃO DOS DONATIVOS DA NOVA SEDE

Transporte (Junho 93) 12 156 973\$20

N.º Sócio	Nome	Quantia
8012	Custódio Luís Amarante Charrua	20 000\$00
12792	João Ferreira dos Santos	5 000\$00
2134	Ilicídio Ascensão C. B. Trovão	5 000\$00
3233	João Mourato Temudo	5 000\$00
2244	Almiro Tavares de Matos.....	1 000\$00
9666	António Manuel Cordeiro Inácio	8 000\$00
2375	Francisco Ramalheite Ribeiro.....	5 000\$00
(Coimbra)		
9580	Joaquim G. S. Soudo.....	1 000\$00
1997	Fernando M. Barroso	1 000\$00
11982	Manuel J. R. Pires	2 000\$00

A transportar (Julho 93) 12 209 973\$20

NATAÇÃO NO FUTEBOL CLUBE DO PORTO

A Delegação do Porto recebe inscrições de sócios e familiares, que estejam interessados em frequentar a natação nas piscinas do FC Porto.

Os interessados deverão contactar com Adriano Leitão, na Secretaria da Delegação, até ao dia 10 de Agosto.

AMANHÃ?

Ocorreu mais um acto eleitoral na ADFA, o que por si só é salutar e saudável. Os cerca de mil e quatrocentos votantes entusiasmararam os Órgãos Centrais.

Oxalá que este optimismo seja secundado por um arregaçar de mangas, a nível de delegações, núcleos e de nós associados, porque quanto a nós estávamos todos a resvalar para o marasmo.

Mas uma nova onda de optimismo está a cobrir as estruturas da ADFA disseminadas por todo o país. Estamos a referir-nos à distribuição dos cartões da ADME, a todos os benefi-

ciários DFAs, havendo quem aí veja «a galinha dos ovos de ouro». Ou seja, de mão beijada, vai-se conseguir um sem-número de sócios.

Quanto a nós, esta é uma visão simplista e até estática.

Muitos sócios acabam por se tornar exigentes, querendo receber muito mais do que dão. Tentando ver falhas da ADFA, para justificarem a sua visão mesquinha, de não gastarem uns escudos, com quem os defende e, directa ou indirectamente, lhes vão metendo uns tostões ao bolso.

Coisas de Nada

O «Baleia» é um menino. E quase, quase, igual aos outros.



Por ROSA SIMÕES

O «BALEIA»

Escassos oito anos num corpo enorme, quadrado... É o «Baleia»!

Toda a gente assim lhe chama. Outro nome desconhecem.

Mimosa fora, no entanto, a versão baptismal: Luís Filipe.

Filipe, por via do avô, santo homem, já finado. E Luís, porque sim. Porque é nome bem ao jeito da única que assim lhe chama: a mãe.

O «Baleia» não tem amigos. No recreio, fica sentado, sozinho a um canto, num medo de atrapalhar...

Há, porém, um jogo que lhe é permitido. Chama-se «o Monstro do Espaço».

Cruéis, mas práticas, as outras crianças não lhe disputam o papel principal:

— O «Baleia» é o «Monstro»!

— Apoiado!

— Apoiado!

Todos fogem e fingem medo, «Que monstro mais paspalhão!»

O «Baleia» não se importa. Afinal, o que ele quer é brincar.

Compreendem: mais do que «monstro do espaço» ou «gigante do mar», o «Baleia» é um menino.

E quase, quase, igual aos outros.

DELEGAÇÃO DO PORTO ABERTA NO PRIMEIRO SÁBADO DE SETEMBRO

Lembramos os sócios que a Delegação do Porto manterá o que já vem sendo feito nos últimos tempos, abrindo a Delegação no primeiro sábado de cada mês.

Assim, no primeiro sábado do mês de Setembro a Secretaria atenderá os sócios para assuntos de rotina e a Cantina servirá almoços para sócios e familiares que queiram passar alguns momentos de convívio.

À tarde, pelas 15H00, haverá reunião com os sócios para informar e debater sobre variadas matérias nomeadamente sobre o desbloqueamento de escalões, novos cartões de Assistência Médica e Isenção de Impostos na compra de viaturas.

Apelamos à participação dos sócios para que não só se mantenham actualizados, no que respeita aos seus direitos, como poderem apresentar sugestões e ideias aos Órgãos Sociais.

ENCERRAMENTO DA DELEGAÇÃO DE FARO

A Direcção da Delegação de Faro informa que, por motivo de férias do pessoal, estará encerrada durante todo o mês de Agosto e reabrirá no primeiro dia de Setembro.

Em caso de força maior, podem os sócios ligar aos sábados, das 10.00 às 12.00 horas, para o telefone 22954 — Rufino.

ESCREVEM OS SÓCIOS...

beças» que nos alcança e estrangula todos os dias.

As associações de deficientes, grandes responsáveis, aceitaram pacificamente o galopante retrocesso do pouco que tínhamos conseguido em Portugal. Já não podemos continuar a ser os guardas da nossa reabilitação.

C — A ABERRAÇÃO DA VONTADE

O governo com as medidas que tomou não considera o SNR com uma estrutura para garantir e implementar os direitos dos deficientes portugueses, mas pelo contrário ajudar a criar uma reserva passiva para alguns funcionários públicos e à desmobilização social.

Esta afirmação não é teórica! Vejamos, colocar o SNR no âmbito do ministério do emprego e segurança social, quando estava, e muito bem, inserido num âmbito da presidência do conselho de ministros?

— A seguir alterou esta lei orgânica;

— Depois só lhe falta extinguir o SNR!

É uma nova «machadada» que nos leva, de novo, à «Idade Média» e a um êxodo acutilante no despejo nacional que nós estão a fazer.

O poder político não conseguiu explicar a transformação do CNR num simples «grupo de diálogo».

Será que o ex-órgão consultivo do SNR que transmitia opiniões e sugestões, transforma-se numa reunião de «conhecidos»? Qual será a sua influência no futuro?

A posição actual dos cidadãos é na realidade muito crítica, relativamente à arrogância, prepotência e hipocrisia legislativa existente nesta matéria.

Se não houver um recuo sério neste âmbito, o poder que não venha a lamentar-se por ver os deficientes, as associações respectivas e as famílias daqueles a reinvidicarem direitos perdidos, a exigirem de novo a cidadania respectiva e a quebra do «selo» do silêncio.

Mário Villa Lobos
Sócio n.º 357

da vez mais a nossa associação.

As ideias lançadas no ELO, pelos Órgãos Centrais e sócios, deviam ser melhor «agarradas», pelas estruturas regionais, para que todos sintamos um forte pulsar da associação de todos nós.

Exige-se ainda uma concertação das estruturas regionais, para que não se dê a ideia de uma orquestra desafinada, que até espanta os pardais.

Com os ventos que fustigam o rectângulo lusitano, impõem-se que nos mantenhamos mais atentos à navegação de cabotagem. Amanhã pode ser tarde.

Jorge Lage

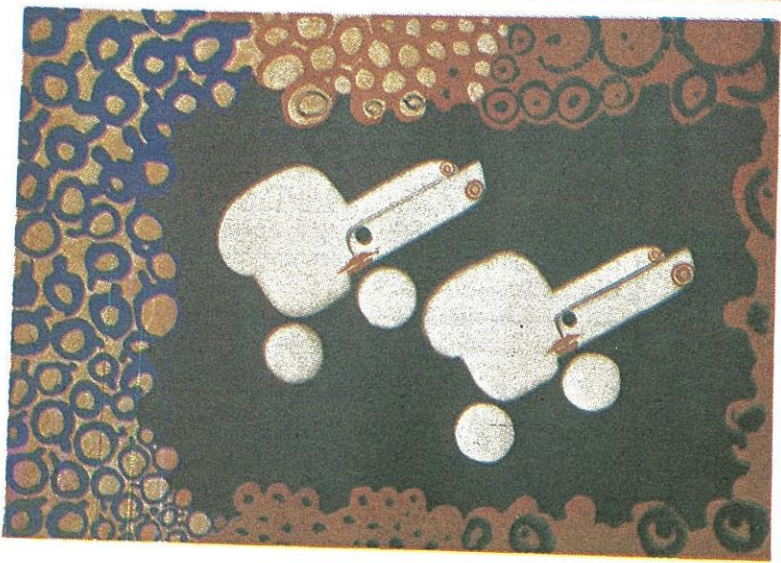
Campanha Nova Sede

Panda

Candidata-te a este

Por 1000\$00

Sorteio
em Marcha



Contribui! Contribui! Contribui! Contribui! Contribui!

Sorteio «Campanha Nova Sede»

1. O Concurso destina-se a ser vendido nas instalações da ADFA, nos distritos de Lisboa, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Setúbal, Vila Nova de Famalicão e Viseu.

2. Serão emitidos 5000 bilhetes numerados de 0000 a 4999 ao preço de 1000\$00 cada.

3. Os prémios a atribuir serão expostos ao público com a venda do sorteio, na Sede Nacional da ADFA.

3.1 Haverão 50 prémios que são os seguintes:

1.º Prémio — 1 veículo ligeiro, marca Fiat Panda 1.0 L Kat.

2.º ao 5.º Prémio, no valor individual de 30 000\$00; 1 serigrafia e 1 litografia da pintora Helena Justino.

6.º ao 50.º prémio, no valor individual de 17 000\$00:

1 litografia da pintora Helena Justino e um CD «Menino D'ouro» de Raul Ouro Negro.

4. O sorteio será efectuado no dia 23/11/93, em Lisboa, na Sede da ADFA.

4.1 O sistema utilizado será o de bolas numeradas de 0 a 9 num saco ou numa esfera (ou

de rodas numeradas) com observância das regras usuais, a que assistirá um representante do Ex.º Governador Civil do Distrito de Lisboa.

5. Recaindo um número premiado em bilhete que não chegou a ser vendido, repetir-se-ão as operações da extracção para esse prémio, até sair número correspondente a bilhete vendido.

6. Os premiados poderão reclamar os prémios no prazo de noventa dias a contar da data da extracção.

6.1 Findo este prazo, os prémios não reclamados revert-

rão para instituição indicada pelo Governador Civil de Lisboa.

7. A lista dos prémios será publicada no jornal ELO, órgão de Informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no mês de Novembro de 1993.

7.1 Também serão afixadas listas de prémios na sede e delegações da ADFA.

7.2 A ADFA informará cada um dos contemplados do prémio que lhe couber.

8. Este sorteio tem o n.º 13/93 e foi autorizado pela Inspeção-Geral de Jogos, em 93-06-22.

Dezenas de

Premios

Bilhetes à Venda na Sede, delegações e núcleos. Remete cheque ou vale de correio e receberás os teus bilhetes sem sair de casa.